

## **PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2024**

Processo CENTI nº 10/2024

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇU, por intermédio do pregoeiro, designado pela Portaria nº 13, de 11 de janeiro de 2024, nos termos das disposições contidas na Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 outubro de 1988, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Resolução nº 01, de 25 de fevereiro de 2022, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e legislação correlata, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para Registro de Preços com vistas à futura e eventual aquisição de equipamentos de informática e eletrônicos para execução dos trabalhos administrativos e legislativos, e transmissão audiovisual das reuniões das Comissões no Anexo Vereador Gerônimo Nunes dos Santos, da Câmara Municipal de Caçu, conforme as especificações e os quantitativos constantes deste edital, mediante o Sistema de Registro de Preços (SRP).

### **I – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL**

1.1 – A abertura desta licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida pelo pregoeiro, a ser realizada conforme indicado a seguir, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste edital.

1.2 – No dia **02/05/2024**, às **08 horas e 40 minutos**, será feita a abertura da sessão pública, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Caçu, situada à Rua Tibúrcio Siqueira Gama, nº 55, Setor Morada dos Sonhos, Caçu/GO, CEP: 75813-000.

1.3 – Todas as referências de tempo neste edital, no aviso de licitação e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas na documentação relativa ao certame.

1.4 – O credenciamento, a proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 3 envelopes pardos, fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

a)  
À CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇU  
ENVELOPE Nº 1 – CREDENCIAMENTO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2024  
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

b)  
À CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇU  
ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2024  
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA



**CÂMARA**  
**MUNICIPAL DE CAÇU**  
O Legislativo Mais Perto de Você

c)  
À CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇU  
ENVELOPE Nº 3 – HABILITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2024  
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

## **II – DO OBJETO**

2.1 – Esta licitação tem por objeto Registrar os Preços, para a futura e eventual aquisição, de forma parcelada, de equipamentos de informática e eletrônicos para execução dos trabalhos administrativos e legislativos, e transmissão audiovisual das reuniões das Comissões no Anexo Vereador Gerônimo Nunes dos Santos, da Câmara Municipal de Caçu, conforme as especificações e os quantitativos constantes no **Módulo I - Termo de Referência e seus Anexos**.

## **III – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO**

3.1 – Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio do correio eletrônico [licitacaoecompras@cacu.go.leg.br](mailto:licitacaoecompras@cacu.go.leg.br).

3.2 – As impugnações deverão ser dirigidas ao pregoeiro por quem tenha poderes para representar a licitante ou por qualquer cidadão que pretenda impugnar o ato convocatório nesta qualidade.

3.3 – O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

3.4 – Acolhida a impugnação contra o ato convocatório que implique sua modificação, será divulgada nova data para realização do certame, da mesma forma em que se deu a divulgação do texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.

3.5 – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no endereço eletrônico [www.cacu.go.leg.br](http://www.cacu.go.leg.br), por meio do link [https://acessoainformacao.cacu.go.leg.br/cidadao/informacao/licitacoes\\_cnt](https://acessoainformacao.cacu.go.leg.br/cidadao/informacao/licitacoes_cnt), para conhecimento da sociedade em geral e dos fornecedores, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para obtenção das informações prestadas e vinculação dos participantes e da administração.

3.6 – A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo pregoeiro nos autos do processo de licitação.

## **IV – DO CREDENCIAMENTO**



4.1 – O credenciamento das licitantes interessados ocorrerá enquanto o pregoeiro estiver realizando a fase de credenciamento dos presentes, sendo que a partir do momento de iniciada a abertura dos envelopes de proposta não serão aceitos a participação, credenciamento e recebimento de envelopes de licitantes retardatários.

4.2 – Para o credenciamento, deverão ser apresentados os seguintes documentos, **dentro de um envelope pardo e lacrado, conforme especificações da alínea “a” do item 1.4 deste edital (ENVELOPE Nº 1 – CREDENCIAMENTO):**

- a) Tratando-se de representante legal, cópia do estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial com a devida aptidão para comercializar o objeto licitado, registrado na Junta Comercial ou, tratando-se de sociedades civis, a cópia do ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b) Tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhada do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a" supra, que comprove os poderes do mandante para a outorga. Serão admitidos pelo pregoeiro erros de digitação na formulação da procuração, tais como: troca de identificação de edital, número do edital, modalidade do edital. **A procuração em questão deverá estar com firma reconhecida em cartório por Tabelião de Notas competente, e sendo apresenta por fotocópia, que a mesma seja devidamente autenticada;**
- c) Cópia de um documento válido com foto, contendo o número do RG, do(s) representante(s) legal(is) e, quando for o caso, de seu procurador;
- d) Cópia de um documento válido, contendo o número do CPF, do(s) representante(s) legal(is) e, quando for o caso, de seu procurador;
- e) Certidão, atualizada, emitida pela Junta Comercial ou Cartório de Registro, certificando a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, visando o exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº 123/2006.

4.3 – **Todas as cópias dos documentos exigidos nesta cláusula deverão ser entregues juntamente com os originais (estes fora do envelope) para que sejam autenticadas pela Comissão de Contratação, salvo as certidões e documentos emitidos eletronicamente.**

4.3.1 – O disposto neste item não se aplica à alínea “b” do item 4.2.

4.3.2 – **Fica a critério da licitante que, em substituição à autenticação feita pela Comissão de Contratação, as cópias dos documentos sejam autenticadas em cartório, hipótese esta em que os originais não serão necessários.**

4.4 – Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

4.5 – A ausência do representante em qualquer momento da sessão importará a imediata exclusão da respectiva credenciada, salvo autorização expressa do pregoeiro.

## **V – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS À ME/EPP**

5.1 – Poderão participar deste pregão presencial as empresas que:

5.1.1 – Atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste edital.

5.1.2 – Manifestem que cumprem plenamente os requisitos de habilitação de acordo com as exigências do edital.

5.1.3 – Para a participação serão adotados os critérios estabelecidos nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar n. 123/2006 e no Decreto n. 8.538/2015, com ressalva para os casos previstos nos incisos I e II, do § 1º, do art. 4º, da Lei n. 14.133/2021.

5.2 – Não poderão participar deste certame, licitantes interessadas e enquadradas em qualquer das seguintes hipóteses:

5.2.1 – Impedidas de contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, direta e indireta, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei Federal n.º 14.133/2021;

5.2.2 – Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública de todos os entes federativos, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei Federal n.º 14.133/2021;

5.2.3 – Os impedimentos de que tratam os itens 5.2.1 e 5.2.2 também serão aplicados às licitantes que atuem em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

5.2.4 – Interessadas que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.2.5 – Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.2.6 – Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.2.7 – OSCIPs (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – Acórdão TCU n. 746/2014 – Plenário – TC 021.605/2012-2 e acórdão TCU n. 2.426/2020 – Plenário).

5.2.7.1 – Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar deste pregão presencial desde que sejam observadas as exigências contidas no art. 16 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

5.2.8 – Empresas que possuam em seu quadro societário pessoa detentora de mandato de vereador, desde sua diplomação, nos termos da alínea “a”, do inciso I, do art. 54 combinado com o inciso IX, do art. 29, ambos da Constituição Federal;

5.2.9 – Empresas que possuam registro de impedimento de contratação no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade, disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça.

5.2.10 – Empresas cujo objeto social, expresso no estatuto ou contrato social, seja incompatível com o objeto desta licitação.





**CÂMARA**  
**MUNICIPAL DE CAÇU**  
O Legislativo Mais Perto de Você

5.2.11 – Empresa em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

5.2.11.1 – A empresa em recuperação judicial poderá participar do certame desde que apresente plano de recuperação aprovado e homologado judicialmente, com a recuperação já deferida.

5.2.11.2 – A empresa em recuperação judicial que comprovar o disposto no subitem 5.2.11.1 deverá demonstrar os demais requisitos de habilitação.

5.2.11.3 – A regra é aplicável à empresa em recuperação extrajudicial, desde que preenchidos os requisitos dos itens 5.2.11.1 e 5.2.11.2.

## **VI – DA PROPOSTA DE PREÇO**

6.1 – No **ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA**, deverá conter a proposta comercial, apresentada conforme o modelo do **Módulo II – Das Declarações, Anexo I (Modelo de Proposta de Preços)**, com observância das seguintes exigências:

- a) Ser apresentada em papel timbrado da empresa ou com apresentação no mínimo de razão social, endereço completo, inclusive com o CEP, telefone, e-mail, CNPJ, sendo suficiente uma via, redigida em língua portuguesa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datada e assinada na última folha e rubricadas nas demais, pelo representante legal da empresa;
- b) Fazer referência ao número do Pregão;
- c) Conter a especificação dos serviços de todos os produtos ofertados, a fim de que a Administração possa aferir a sua qualidade e aceitabilidade no mercado;
- d) Declaração de que todos os elementos (taxas, frete, etc.) que incidam ou venham a incidir sobre os preços ofertados, estão inclusos no preço consignado na Proposta;
- e) Conter preço no unitário e total do item, em moeda corrente, com até 02 (duas) casas decimais, grafado em número, nele inclusos todos os impostos, taxas, seguros, transportes, instalações e quaisquer outras despesas;
- f) Conter indicação do prazo de validade da proposta, a contar da data de abertura da mesma, declarando que, nesse prazo, os preços constantes na proposta ou em seu lance de menor valor são fixos e irrevogáveis.

6.2 – Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.3 – As propostas que atenderem aos requisitos do Edital e seus Anexos serão verificadas quanto a erros, os quais serão corrigidos pelo pregoeiro da seguinte forma:

- a) Discrepância entre valor grafado em algarismos e por extenso;
- b) Erros de transcrição das quantidades previstas: o item será corrigido mantendo-se preço unitário e corrigindo-se a quantidade e o preço total;
- c) Erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade e corrigindo-se o total;
- d) Erro de adição: será retificado, considerando-se as parcelas corretas e retificando-se a soma;
- e) Erro considerado de digitação como, por exemplo: troca de identificação de edital, número do edital, modalidade do edital.

6.4 – Sob pena de desclassificação da empresa licitante, a proposta deverá estar assinada pelo representante legal da empresa ou pelo procurador.

6.5 – No campo destinado à descrição detalhada do objeto ofertado, a licitante deverá informar os dados complementares e singulares que o caracterizam, quando for o caso, não se admitindo a mera cópia do descritivo indicado no termo de referência, ficando a licitante sujeita a desclassificação.

6.6 – Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta.

6.7 – Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas no Termo de Referência e seus anexos.

6.8 – O prazo de validade das propostas será até o dia 31 de dezembro de 2024.

6.9 – Os preços deverão ser finais não sendo admitidos valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

6.10 – Juntamente com a proposta, no **ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA**, a licitante deverá apresentar, ainda:

6.10.1 – Declaração de que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista; conforme modelo do **Módulo II – Das Declarações, Anexo II (Modelo de Declaração de não condenação judicial)**;

6.10.2 – Declaração de que se compromete a prestar garantia, a contar da data de recebimento do Termo de Recebimento Definitivo (TRD), de:

a) no mínimo noventa (90) dias, para os itens 09, 12 e 14 do Termo de Referência;

b) no mínimo de um (01) ano, para os demais itens do Termo de Referência.

6.10.2.1 – O modelo de declaração a que se refere este subitem encontra-se em: **Módulo II – Das Declarações, Anexo III (Modelo de Declaração de Comprometimento em Prestar Garantia)**.

## **VII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DO DESEMPATE**

7.1 – No horário e local fixados para a abertura da sessão pública, as licitantes poderão fazer lances exclusivamente de forma presencial.

7.2 – As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observadas as regras estabelecidas neste edital.

7.2.1 – A licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado, observado o intervalo mínimo de **R\$ 10,00 (dez reais)** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, nos termos.



7.2.1.2 – O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório.

7.3 – Não serão aceitos dois ou mais lances iguais.

7.4 – Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para menos ou para mais.

7.5 – A etapa de lances seguirá o procedimento do modo de disputa ABERTO, com lances públicos, sucessivos e decrescentes, de acordo com o inciso I do art. 56, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.6 – Nesse modo de disputa, a etapa aberta de realização de lances terá duração até que não haja mais nenhum licitante interessado em fazer novos lances para o item em disputa.

7.7 – Do desempate:

7.7.1 – Quando houver participação, nesta licitação, de microempresas ou empresas de pequeno porte, considerar-se-á empate quando a proposta dessas empresas for igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta classificada em primeiro lugar. Nesse caso, e desde que a proposta classificada em primeiro lugar não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) classificação das propostas de microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação prevista neste item 7.7.1;
- b) convocação da microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou a menor proposta dentre as classificadas na forma da alínea “a” deste item para que, no prazo de até 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, apresente uma última oferta, obrigatoriamente inferior à da primeira colocada, para o desempate, situação em que será classificada em primeiro lugar;
- c) não sendo apresentada proposta pela microempresa ou empresa de pequeno porte, na situação da alínea “b” deste item ou não ocorrendo a contratação, serão convocadas, na ordem e no mesmo prazo, as propostas remanescentes classificadas na forma da alínea “a” deste item, para o exercício do mesmo direito;
- d) caso a ME/EPP classificada em segundo lugar desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o pregoeiro convocará as demais ME/EPP participantes na mesma condição, na ordem de classificação. Havendo êxito nesse procedimento, disponibilizar-se-á nova classificação das licitantes para fins de aceitação; e
- e) não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido as empresas que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, bem como das condições indicadas no item 5.1.3 deste edital.

7.8 – As microempresas e empresas de pequeno porte terão prioridade no exercício do direito de preferência, em relação às médias e grandes empresas.

7.8.1 – O exercício do direito de preferência previsto neste item será concedido, observando-se as regras de preferência dispostas no item 7.7.

7.9 – Na hipótese de mudança da licitante classificada em primeiro lugar, em razão de manifestação de atendimento a alguma das condições listadas nos itens 7.7 e 7.8, esta será convocada e terá o prazo de até 5 (cinco) minutos para apresentar proposta igual ou inferior à da licitante que apresentou originalmente o melhor lance, sob pena de preclusão do seu direito de preferência.

7.10 – Na hipótese em que nenhuma das licitantes preencha os requisitos elencados nos itens 7.7 e 7.8 prevalecerá o resultado inicialmente apurado.

7.11 – Não havendo êxito ou não existindo ME/EPP participante e havendo igualdade de condições entre as participantes será utilizado como critério de desempate, o estabelecido no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.12 – Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a empresa licitante desistente às penalidades previstas neste edital.

## **VIII – DO JULGAMENTO, DA NEGOCIAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

8.1 – O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

8.2 – Será desclassificada a proposta comercial, sendo sempre fundamentada e registrada em Ata, que:

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;
- f) apresentar preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração

8.3 – O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

8.4 – O pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para participação na fase de lances.

8.4.1 – Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos.



8.5 – O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação e sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

8.6 – Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do Edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

8.7 – Se a proposta de menor valor não for aceitável, ou for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.7.1 – Nessa situação, o pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço.

8.8 – No julgamento das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

8.8.1 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no site da Câmara, no mínimo, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, cuja ocorrência será registrada em ata.

8.9 – Sendo aceitável a proposta do licitante detentor do menor preço, este deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.

8.10 – Ao preço do primeiro colocado em cada item poderão ser registrados tantos fornecedores que aderirem ao preço do primeiro, admitida inclusive para complementação da quantidade estimada para o item, observado a ordem de classificação das Propostas.

8.10.1 – A confirmação de adesão ao primeiro menor preço será registrada na própria sessão da Licitação.

8.11 – Excepcionalmente, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, devidamente justificada e comprovada a vantagem e, as ofertas sejam de valores inferiores ao preço máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

8.12 – Após o término da etapa de lances, o pregoeiro, depois de verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para o objeto, poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor oferta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

8.13 – Caberá à licitante, de forma imediata, responder positiva ou negativamente à contraproposta.

8.13.1 – Caso o lance vencedor esteja dentro do limite do valor estimado pela Administração, e não havendo o atendimento imediato à convocação, o pregoeiro decidirá sobre sua aceitação.

8.13.2 – Caso o lance vencedor esteja acima do valor estimado pela Administração, e não havendo o atendimento imediato à convocação, o pregoeiro rejeitará a proposta, em acordo com a área técnica, sendo convocada a próxima colocada para a negociação.

8.14 – Também nas hipóteses em que o pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.15 – Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão informando, mediante aviso prévio no site da Câmara, no mínimo, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, a nova data e horário para a continuidade da mesma, cuja ocorrência será registrada em ata.

8.16 – Conhecida a vencedora e para fins de Registro de Preços em cumprimento ao disposto na legislação regente da matéria, o pregoeiro consultará as demais classificadas, respeitado a ordem de classificação das Propostas, se aceitam fornecer ao preço daquela, observado o seguinte procedimento:

8.16.1 – As proponentes que aceitarem praticar o preço da primeira classificada, manterão a mesma ordem de classificação obtida na disputa de lances para fins de Registro de Preços e terão abertos os envelopes contendo a Documentação de Habilitação, a fim de que seja verificado o atendimento às exigências habilitatórias requisitadas.

8.16.2 – As proponentes que não aceitarem praticar o preço da melhor Proposta serão liberadas, sendo-lhes devolvido o ENVELOPE Nº 03 – HABILITAÇÃO.

8.16.3 – Concluído o procedimento de que trata o item anterior, as proponentes classificadas serão declaradas vencedoras, sendo seus preços registrados para os itens correspondentes, em razão do menor preço, de acordo com o fixado neste Edital, obedecida à ordem de classificação apurada na Licitação.

8.17 – Encerrada a fase de julgamento, através do registro de aceitação da proposta pelo pregoeiro, este abrirá prazo para manifestação de intenção de recurso, nos termos da Cláusula X – Dos Recursos, pelo prazo de até 15 (quinze) minutos.

8.17.1 – O prazo do subitem anterior poderá ser diminuído caso as licitantes declinem verbalmente do direito de recurso.

## **IX – DA HABILITAÇÃO**

9.1 – Encerrada a fase de julgamento e da intenção de recurso, o pregoeiro convocará a licitante para imediatamente apresentar a documentação de habilitação, conforme itens seguintes deste edital.

9.2 – Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.2.1 – complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.2.2 – atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.



9.3 – Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que são emitidos somente em nome da matriz.

9.4 – A documentação de habilitação deverá estar **dentro de um envelope pardo e lacrado, conforme especificações da alínea “c” do item 1.4 deste edital (ENVELOPE Nº 3 – HABILITAÇÃO)**, e conter:

**9.4.1 – Habilitação jurídica (a maioria dos documentos já foi solicitada na fase do Credenciamento):**

a) cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, se for o caso, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**9.4.2 – Regularidade fiscal e trabalhista:**

- a) cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do Ministério da Fazenda;
- b) cópia do comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de cópia da certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e emitida exclusivamente pelos sites destes órgãos, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;
- d) cópia da certidão que prova a regularidade para com as Fazendas Estadual e/ou Municipal, se houver, do domicílio ou sede da licitante;
- e) cópia do certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- f) cópia da certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho.

**9.4.3 – Qualificação técnica**

a) Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove que a empresa tenha fornecido para órgãos ou entidades públicas ou privadas, os equipamentos listados no Termo de Referência com especificações técnicas iguais ou similares ao que estão sendo ofertados, devendo o(s) documento(s) conter o nome, o endereço, o telefone dos atestadores, ou qualquer outra forma de que o CONTRATANTE possa valer-se para manter contato com os declarantes.

**9.4.4 – Qualificação econômico-financeira**

- a) Cópia da Certidão Negativa de Falência e Recuperações Judiciais, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
  - a.1) a certidão negativa de recuperação judicial é exigível por força do art. 69, inciso II, da Lei n. 14.133/2021, porém a certidão positiva não implica a imediata

inabilitação, cabendo à Câmara Municipal de Caçu realizar diligências para avaliar a real situação de capacidade econômico-financeira, mediante, inclusive, a apresentação do plano de recuperação aprovado e homologado judicialmente, com a recuperação já deferida, nos termos do subitem 5.2.11.1 da Cláusula V (Das Condições de Participação e da Concessão dos Benefícios à ME/EPP) deste edital.

#### 9.5 – Documentação complementar:

- a) Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)), por meio do link [http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php?validar=form](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form) ;
- b) a documentação indicada na alínea "a" poderá ser substituída pela Certidão/Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, do Tribunal de Contas da União (TCU), disponível no link: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/> .

#### 9.6 – Declarações exigidas:

- a) declaração de atendimento aos requisitos de habilitação, conforme modelo do **Módulo II – Das Declarações, Anexo IV (Modelo de Declaração de Adequação plena aos requisitos de habilitação estabelecidos no edital)**;
- b) declaração de cumprimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal/1988, e art. 68, inciso VI, da Lei n. 14.133/2021, conforme modelo do **Módulo II – Das Declarações, Anexo V (Modelo de Declaração de Inexistência de Menor Trabalhador)**;
- c) declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos inciso IV do art. 63 da Lei n. 14.133/2021, conforme modelo do **Módulo II – Das Declarações, Anexo VI (Modelo de Declaração de Reserva de Cargos para Pessoas com Deficiência e para Reabilitados da Previdência Social)**;
- d) declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do §1º do art. 63 da Lei n. 14.133/2021, conforme modelo do **Módulo II – Das Declarações, Anexo VII (Modelo de Declaração de que a Proposta de Preços atende aos Requisitos dos Custos para Atendimento aos Direitos Trabalhistas)**.

9.7 – A documentação elencada nos itens 9.5 e 9.6 desta cláusula deverão ser entregues junto com a documentação de habilitação dentro de um **envelope pardo e lacrado, conforme especificações da alínea “c” do item 1.4 deste edital.**

9.8 – O descumprimento das exigências contidas nesta cláusula determinará a inabilitação da licitante.

9.9 – As empresas deverão apresentar toda a documentação arrolada nesta cláusula, ainda que apresentem alguma restrição.

9.9.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao



momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.9.1.1 – O prazo de que trata o subitem 9.9.1 poderá ser prorrogado, por igual prazo, a critério da Administração, nos termos do Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015.

9.9.2 – A não regularização da documentação, no prazo previsto nos subitens 9.9.1 e 9.9.1.1 desta cláusula, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da sanção prevista neste edital e em lei, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a formalização da avença, ou revogar a licitação.

**9.10 – Todas as cópias dos documentos exigidos nesta cláusula deverão ser entregues juntamente com os originais (estes fora do envelope) para que sejam autenticadas pela Comissão de Contratação, salvo as certidões e documentos emitidos eletronicamente.**

**9.10.1 – Fica a critério da licitante que, em substituição à autenticação feita pela Comissão de Contratação, as cópias dos documentos sejam autenticadas em cartório, hipótese esta em que os originais não serão necessários.**

9.11 – Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos comprovantes exigidos neste edital.

9.12 – No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

9.12.1 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 9.12, a sessão pública somente poderá ser reiniciada, mediante aviso prévio no site da Câmara Municipal, cuja ocorrência será registrada em ata.

9.12.2 – O pregoeiro, para comprovar a regularidade da licitante, quando necessário, poderá consultar documentos que estejam disponíveis nos sistemas informatizados.

9.13 – Verificado o desatendimento de quaisquer dos requisitos de habilitação, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta e o preenchimento das exigências habilitatórias por parte da licitante classificada subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda às exigências do edital.

9.14 – A inabilitação será sempre fundamentada e registrada em ata.

9.15 – Constatado o atendimento aos requisitos habilitatórios, o pregoeiro habilitará e declarará vencedora do certame a licitante correspondente.

9.16 – Após o pregoeiro registrar a habilitação ou inabilitação, abrir-se-á prazo para manifestação de intenção de recurso pelo prazo de até 15 (quinze) minutos.

9.16.1 – O prazo do subitem anterior poderá ser diminuído caso as licitantes declinem verbalmente do direito de recurso.

## **X – DOS RECURSOS**

10.1 – A intenção de recurso ocorrerá em dois momentos, sendo:

- a) de forma imediata após o término do julgamento das propostas, consoante disposto na Cláusula VIII (Do julgamento, da negociação e da classificação das propostas) deste edital;
- b) de forma imediata após a declaração de habilitação e/ou inabilitação, consoante disposto na Cláusula IX (Da Habilitação) deste edital.

10.2 – Qualquer licitante poderá manifestar motivadamente, dentro do prazo de até 15 (quinze) minutos, a intenção de recorrer durante a sessão pública conforme indicado nas alíneas “a” e “b” do item 10.1.

10.2.1 – A falta de manifestação imediata e motivada das licitantes implicará decadência do direito de recurso.

10.3 – As razões de recurso deverão ser apresentadas em momento único, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas, se desejarem, a apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

10.3.1 – Os recursos a que alude o subitem anterior deverão ser encaminhados no e-mail [licitacaoecompras@cacu.go.leg.br](mailto:licitacaoecompras@cacu.go.leg.br), e serão devidamente publicizados, inclusive com a resposta da Comissão de Contratação, no site da Câmara Municipal de Caçu através do link [https://acessoainformacao.cacu.go.leg.br/cidadao/informacao/licitacoes\\_cnt](https://acessoainformacao.cacu.go.leg.br/cidadao/informacao/licitacoes_cnt).

10.4 – O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.5 – Encerradas as fases de julgamento e de habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, em atenção ao disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

## **XI – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1 – A despesa decorrente desta licitação está estimada no valor total de R\$ 89.143,34 (oitenta e nove mil, cento e quarenta e três reais e trinta e quatro centavos), conforme estimado em pesquisa de preços e correrá à conta de recursos orçamentários da Câmara Municipal de Caçu, consignados em Órgão: Câmara Municipal de Caçu; Unidade: 1 – Legislativa; 31 – Ação Legislativa; 2.001 – Manutenção da Câmara Municipal; 4.4.90.52. – Equipamentos e Material Permanente; 3.3.90.30 – Material de Consumo.

## **XII – DO PAGAMENTO**



12.1 – O pagamento será efetuado por ordem bancária, no prazo definido no termo de referência, após o atesto firmado pela fiscalização da nota fiscal/fatura, cujo documento deverá estar em conformidade com as condições estabelecidas.

12.1.1 As notas fiscais deverão ser emitidas e encaminhadas ao Gestor do Contrato pelo e-mail [contabilidade@cacu.go.leg.br](mailto:contabilidade@cacu.go.leg.br).

### **XIII – DAS PENALIDADES**

13.1 – A licitante, em caso de descumprimento às regras deste edital, e observado o regular processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei, ficará sujeita às seguintes penalidades:

13.1.1 – multa compensatória:

- a) 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor adjudicado, em caso de não regularização da documentação exigida para ME/ EPP, nos prazos previstos na Cláusula IX (Da Habilitação);
- b) 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor homologado, em caso de não assinatura do contrato (e/ou) a ata.

13.1.2 – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais penalidades legais, aquele que:

- a) deixar de entregar documentação exigida para o certame: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município pelo período de 2 (dois) meses;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município pelo período de 4 (quatro) meses;
- c) não assinar o contrato e/ou a ata ou não entregar documentação exigida para a contratação, quando convocado: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município pelo período de 4 (quatro) meses;
- d) fizer declaração falsa ou entregar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município pelo período de 36 (trinta e seis) meses.

13.1.3 – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de seis anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais penalidades legais, aquele que:

- a) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 36 (trinta e seis) meses;
- b) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses;
- c) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses;

13.1.4 – As multas previstas no subitem 13.1.1 poderão cumular-se com as penalidades previstas nos subitens 13.1.2 e 13.1.3 desta cláusula.

13.2 – É admitida a reabilitação da licitante perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa, se houver;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo, quando houver;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste edital ou no ato punitivo.

13.3 – A sanção por apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame e a sanção por praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá como condição de reabilitação da licitante, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.4 – A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta cláusula levará em consideração os critérios de razoabilidade e proporcionalidade, ficando a cargo da Câmara Municipal de Caçu decidir sobre a mais adequada ao caso concreto.

13.5 – A aplicação das sanções previstas nesta cláusula será realizada mediante processo administrativo específico, por meio de comunicação à licitante da penalidade, sendo assegurado, em todos os casos, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

13.6 – Fica assegurado à licitante o uso dos recursos previstos em lei.

13.7 – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.7.1 – Os efeitos da desconsideração da personalidade jurídica alcançam não apenas os sócios de direito, mas também os sócios ocultos que exerçam de fato a gerência da pessoa jurídica (TCU, Acórdão 229/2023 - Plenário).

13.8 – As penalidades previstas nesta cláusula referem-se ao descumprimento do certame licitatório, ficando as penalidades pelo descumprimento contratual previstas no contrato e/ou termo de referência e na ata de registro de preços, anexos a este Edital.

#### **XIV – DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

14.1 – No âmbito do Sistema de Registro de Preços (SRP), a adjudicação significa tão somente o registro do preço ofertado.

14.2 – A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento, mas não obriga a Administração a efetivar as contratações por esse meio, ficando-lhe facultada



a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, nos termos do §6º, do art. 82, da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.3 – Para a presente seleção, as licitantes não podem oferecer propostas em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, nos termos do inciso IV, do art. 82, da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.4 – Fica vedada a participação do órgão em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade da ata que será firmada, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto neste edital.

## **XV – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1 – Encerrado o processo licitatório, a Câmara Municipal de Caçu convocará a licitante vencedora que mantiver a sua proposta para, dentro do prazo de até 5 (cinco) dias úteis, assinar a ata, cuja minuta integra este edital e que, após publicada, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

15.1.1 – O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da licitante, devidamente justificada e desde que o motivo seja aceito pela administração.

15.2 – As licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos da licitante vencedora poderão ser inseridos na ata mediante cadastro de reserva, em atenção ao disposto no inciso IV, §5º, do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.3 – Quando a empresa vencedora, ao ser convocada, não assinar a ata no prazo e condições estabelecidas, será facultado à Câmara Municipal de Caçu, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste edital e na legislação vigente, convocar as licitantes do cadastro de reserva para assinatura, observada a ordem de classificação do pregão e após análise das condições de habilitação.

15.3.1 – Na inexistência de licitantes que preencham as condições indicadas no item 15.3, a Câmara Municipal de Caçu poderá, observando o valor estimado ou máximo definido, com as atualizações:

- a) convocar as demais licitantes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- b) adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15.3.2 – A habilitação das licitantes que comporão o cadastro de reserva, bem como das demais remanescentes, somente será efetuada quando houver necessidade de contratação.

15.4 – Ao assinar a ata de registro de preços, a licitante vencedora obriga-se a realizar o fornecimento a ela adjudicado, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus módulos e na proposta de preços apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.

15.5 – Por ocasião da assinatura da ata, a Câmara Municipal de Caçu realizará consulta com vistas a comprovar a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15.6 – O representante da licitante vencedora deverá apresentar os documentos pessoais (RG e CPF) e, se for o caso, procuração particular, com firma reconhecida, ou pública, com poderes para assinar a ata, caso não tenham sido os documentos apresentados na fase de habilitação.

15.7 – Caso haja alguma alteração na documentação exigida no procedimento de habilitação, esta deverá ser apresentada na formalização dos ajustes.

15.8 – Farão parte integrante da ata todos os elementos apresentados pela empresa que tenham servido de base para o julgamento, bem como as condições estabelecidas neste edital.

15.9 – Formalizada a ata, durante sua vigência, a empresa estará obrigada ao seu cumprimento.

15.10 – A ata terá validade até 31 de dezembro de 2024, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, desde que comprovado que o preço é vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.10.1 – Caso haja prorrogação, o prazo da ARP não poderá exceder dois (02) anos.

## **XVI – DA CONTRATAÇÃO**

16.1 – Homologada a licitação, a Câmara Municipal de Caçu poderá convocar a licitante vencedora para a assinatura do instrumento contratual que se dará em até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e na Lei 14.133/2021.

16.1.1 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

16.2 – É facultado à Administração, quando a adjudicatária não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos, convocar outra licitante, obedecida a ordem de classificação, para assiná-lo, após comprovados os requisitos de habilitação, feita a negociação e aceita a proposta.

16.3 – Caso nenhuma das licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

- a) convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.



16.4 – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

16.4.1 – A regra do item 16.4 não se aplicará às licitantes remanescentes convocados na forma da alínea “a” do item 16.3.

16.5 – A Câmara Municipal de Caçu poderá requerer, no momento da assinatura do contrato, a documentação pessoal (RG e CPF) e a que confere poderes para a formalização do instrumento contratual.

16.6 – A critério da Câmara Municipal de Caçu, a assinatura do contrato poderá ocorrer de forma manual.

## **XVII - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

17.1 – Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71, da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **XVIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

18.1 – Estabelece-se que a simples apresentação de proposta pelas licitantes implicará a aceitação de todas as disposições deste edital.

18.2 – Assegura-se à Câmara Municipal de Caçu o direito de:

18.2.1 – promover, em qualquer fase da licitação, diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, fixando as licitantes, prazos para atendimento, vedada a inclusão posterior de informação que deveria constar originalmente da proposta.

18.2.2 – caso entenda necessário, examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e horário em que o resultado do julgamento será divulgado no site da Câmara Municipal;

18.2.2.1 – A sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no site da Câmara Municipal com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, cuja ocorrência será registrada em ata.

18.2.3 – revogar esta licitação por razões de interesse público (art. 71, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021), decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado.

18.2.4 – adiar a data da sessão pública.

18.3 – Fica assegurado o intervalo para almoço no período das 11h às 13h, ou outro definido pelo pregoeiro, momento esse em que a sessão pública será suspensa.

18.4 – O pregoeiro ou a autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

18.5 – As empresas licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época ou fase do processo licitatório.

18.6 – O desatendimento às exigências formais e não essenciais, não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública do pregão.

18.7 – As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da contratação.

18.8 – Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

18.9 – O edital estará à disposição dos interessados, no *placard* da Câmara Municipal de Caçu, situada à Rua Tibúrcio Siqueira Gama, nº 55, Setor Morada dos Sonhos, Caçu – Goiás, CEP: 75813-000, nos dias úteis, das 08h às 11h e das 13h às 17h, e na internet para download, no endereço eletrônico [https://acessoainformacao.cacu.go.leg.br/cidadao/informacao/licitacoes\\_cnt](https://acessoainformacao.cacu.go.leg.br/cidadao/informacao/licitacoes_cnt).

18.10 – Fazem parte deste edital:

18.10.1 – Módulo I: Termo de Referência e Anexos;

18.10.1.1 – Termo de Referência:

18.10.1.1.1 – Anexo I: Especificações Técnicas dos Equipamentos (Requisitos Mínimos);

18.10.1.1.2 – Anexo II: Cronograma de Aquisição dos Equipamentos e Pagamento do Fornecedor.

18.10.2 – Módulo II: Das Declarações;

18.10.2.1 – Anexo I: Modelo de Proposta de Preços;

18.10.2.2 – Anexo II: Modelo de Declaração de Não Condenação Judicial;

18.10.2.3 – Anexo III: Modelo de Declaração de Comprometimento em Prestar Garantia;

18.10.2.4 – Anexo IV: Modelo de Declaração de Adequação Plena aos Requisitos de Habilitação Estabelecidos no Edital;

18.10.2.5 – Anexo V: Modelo de Declaração de Inexistência de Menor Trabalhador;

18.10.2.6 – Anexo VI: Modelo de Declaração de Reserva de Cargos para Pessoas com Deficiência e para Reabilitados da Previdência Social;

18.10.2.7 – Anexo VII: Modelo de Declaração de que a Proposta de Preços atende aos Requisitos dos Custos para Atendimento aos Direitos Trabalhistas;

18.10.3 – Módulo III: Minuta de Contrato;

18.10.3.1 – Anexo Único: Minuta de Contrato.



18.10.4 – Módulo IV: Minuta de Ata de Registro de Preço.

18.10.4.1 – Anexo Único: Minuta de Ata de Registro de Preço.

Caçu-GO, 12 de abril de 2024.

**HUGO FERNANDES RIBEIRO**  
Agente de Contratação





**CÂMARA**  
**MUNICIPAL DE CAÇU**  
O Legislativo Mais Perto de Você

## **MÓDULO I - TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS**





## **TERMO DE REFERÊNCIA (TR)**

### **1) DO OBJETO**

1.1) Contratação de empresa para aquisição de equipamentos de informática e eletrônicos para execução dos trabalhos administrativos e legislativos, e transmissão audiovisual das reuniões das Comissões no Anexo Vereador Gerônimo Nunes dos Santos, da Câmara Municipal de Caçu:

ITEM	ITEM NO MAPA DE COTAÇÃO	UNID.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
01	03	UNID	01	Computador desktop sem monitor, conforme especificações técnicas no Anexo I	R\$ 11.425,44	R\$ 11.425,44
02	04	UNID	09	Monitor 21.5" FullHD, ajuste de altura, rotação, inclinação, conexão HDMI e VGA	R\$ 1.024,38	R\$ 9.219,42
03	05	UNID	01	Monitor 26" IPS, Ultrawide, FullHD	R\$ 1.372,34	R\$ 1.372,34
04	06	UNID	01	Câmera filmadora Handycam 4K, conforme especificações técnicas no Anexo I	R\$ 9.630,84	R\$ 9.630,84
05	07	UNID	01	HDMI Wi-fi, 400FT HDMI SDI wireless transmissor	R\$ 2.446,19	R\$ 2.446,19
06	08	UNID	01	Interface de áudio USB, conforme especificações técnicas no Anexo I	R\$ 2.588,21	R\$ 2.588,21
07	09	UNID	01	Placa de captura USB switcher HDMI para transmissão ao vivo, conforme especificações técnicas no Anexo I	R\$ 4.530,82	R\$ 4.530,82
08	12	UNID	10	Notebook, conforme especificações técnicas no Anexo I	R\$ 3.843,45	R\$ 38.434,50
09	13	UNID	03	HD 2TB externo	R\$ 382,38	R\$ 1.147,14
10	14	UNID	01	Impressora Multifuncional Laser, conforme especificações técnicas no Anexo I	R\$ 3.729,86	R\$ 3.729,86
11	15	UNID	01	Scanner de mesa duplex com alimentador automático	R\$ 3.344,77	R\$ 3.344,77
12	16	UNID	02	HUB USB 3.0 com 7 portas ou mais	R\$ 114,65	R\$ 229,30



**CÂMARA**  
**MUNICIPAL DE CAÇU**  
O Legislativo Mais Perto de Você

13	17	KIT	01	Extensor HDMI RJ45 TX e RX distância até 60m Cat6, com suporte resolução de vídeo até 1080p	R\$ 146,46	R\$ 146,46
14	19	KIT	03	Teclado e mouse sem fio, layout ABNT2, receptor sem fio único	R\$ 299,35	R\$ 898,05
<b>TOTAL GERAL</b>					<b>R\$ 89.143,34</b>	

1.2) Com base nos dados da tabela acima, encontrou-se a estimativa do valor para esta contratação em **R\$ 89.143,34 (oitenta e nove mil, cento e quarenta e três reais e trinta e quatro centavos)**.

1.3) Para cada equipamento a ser adquirido foram encontrados pelo menos três orçamentos e usada a média saneada entre os preços como métrica. Constan nos autos do Processo CENTI nº 10/2024, o Mapa de Cotação e os orçamentos de cada equipamento.

## **2) DO PRAZO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

2.1) O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP) será da data de sua homologação até 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogada à critério da Câmara Municipal de Caçu.

2.2) O prazo da ARP, somado com a sua eventual prorrogação, não poderá exceder dois (02) anos, de acordo com o art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **3) DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

3.1) A fundamentação para a contratação de equipamentos de informática e eletrônicos para a Câmara Municipal baseia-se em um Estudo Técnico Preliminar (ETP) que identificou diversas necessidades e justificativas para a aquisição desses recursos. Este estudo é essencial para embasar decisões relacionadas a investimentos em tecnologia e equipamentos, garantindo que os recursos sejam alocados de forma eficiente e alinhados aos objetivos estratégicos da instituição:

- Necessidades Operacionais:** O Estudo Técnico Preliminar identificou as necessidades operacionais específicas da Câmara Municipal, considerando a natureza dos processos legislativos, administrativos e de apoio. Isso inclui a demanda por equipamentos de informática e eletrônicos que suportem eficientemente as atividades diárias, como computadores, impressora, scanners, monitores, equipamentos audiovisuais, entre outros;
- Atualização Tecnológica:** O estudo ressalta a importância de manter a infraestrutura tecnológica da Câmara Municipal atualizada para garantir a eficiência operacional e acompanhar as tendências tecnológicas. A aquisição de novos equipamentos de informática e eletrônicos é necessária para substituir equipamentos obsoletos, garantindo que os servidores tenham acesso a tecnologias mais recentes e eficientes;



c) Suporte ao Projeto "Câmara Sem Papel": Considerando que a Câmara Municipal adotou recentemente o projeto "Câmara Sem Papel", o Estudo Técnico Preliminar destaca a necessidade de equipamentos de informática e eletrônicos que facilitem a transição para um ambiente de trabalho totalmente digitalizado, tanto nas atividades administrativas quanto nas legislativas. Isso inclui a aquisição de scanner de qualidade, dispositivos de armazenamento digital seguro e monitores para os servidores poderem trabalhar com duas telas.

3.2) Com base nessas justificativas, o Estudo Técnico Preliminar fornece uma sólida fundamentação para a contratação de equipamentos de informática e eletrônicos para a Câmara Municipal, demonstrando a necessidade e os benefícios decorrentes desses investimentos para o bom funcionamento da instituição.

#### **4) DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

4.1) Além da aquisição de equipamentos de informática e eletrônicos optou-se como alternativa possível o aluguel dos mesmos, contudo, esta última opção demonstrou-se desvantajosa para a Câmara pelo seguinte motivo:

4.1.1) Custo a longo prazo: Embora o custo inicial de aquisição de equipamentos possa ser mais alto do que o custo de aluguel a curto prazo, a longo prazo a aquisição tende a ser mais econômica. Isso ocorre porque, ao adquirir os equipamentos, você os possui de imediato e não precisa continuar pagando aluguéis mensais ou anuais. No final do período de uso, os custos são amortizados, o que geralmente resulta em uma economia significativa em comparação com o aluguel contínuo.

4.2) Desse modo, devido as necessidades de uso contínuo dos aparelhos elencados, a solução mais vantajosa encontrada é a aquisição dos equipamentos, que a longo prazo terão o custo reduzido em relação à outra solução possível.

#### **5) REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1) Requisitos de negócio: A solução de tecnologia da informação deverá ser composta de materiais de consumo de tecnologia da informação e comunicação (TIC) com especificações que atendam às necessidades do requisitante.

5.2) Requisitos de capacitação: Por se tratar de itens de consumo de TIC que são comumente utilizados pelo requisitante, requisitos de capacitação não serão necessários.

5.3) Requisitos legais: O presente processo de contratação deve estar aderente:

- a) à Constituição Federal de 1988;
- b) à Lei Federal nº 14.133/2021;
- c) à Resolução nº 01/2022;
- d) à Lei Complementar nº 123/2006;
- e) à Lei Federal nº 12.846/2013.

5.4) Requisitos de manutenção: Na vigência da garantia, caso necessário, os materiais desta aquisição deverão passar por manutenção corretiva ou substituição integral do material sem ônus à contratante.



**CÂMARA**  
**MUNICIPAL DE CAÇU**  
O Legislativo Mais Perto de Você

#### 5.5) Requisitos temporais:

5.5.1) O prazo de entrega se efetuará em até 30 (trinta) dias corridos para os seguintes equipamentos listados no item 1 deste TR: **Computador desktop s/ monitor (item 1), Monitor 26" IPS, Ultrawide, FullHD (item 3), Câmera filmadora Handycam 4K (item 4), HDMI Wi-fi, 400FT HDMI SDI wireless transmissor (item 5), Interface de Audio USB (item 6), Placa de captura USB (item 7), Notebook (item 8)**; os demais equipamentos poderão ser entregues ao longo do ano de 2024, conforme necessidade da Câmara Municipal – a partir do envio da Nota de Empenho à Licitante, via e-mail – no endereço descrito no item 9 deste TR. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta. Os equipamentos serão recebidos provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação, mediante recibo no documento Fiscal, no momento da entrega da mercadoria, desde que:

- a) estejam compatíveis com esta licitação e não exista a cobrança de frete;
- b) estejam os equipamentos embalados de acordo com a nota fiscal/empenho, não enviando equipamentos de notas fiscais/empenhos diferentes numa mesma embalagem;
- c) não apresentem avaria ou adulteração;
- d) seja o material da mesma marca e oferecida na proposta inicial, possua as mesmas características da amostra enviada, sob pena de devolução; sejam entregues em embalagem original, contendo a data e número do lote de fabricação;
- e) estejam identificados com o nome da empresa e outras informações de acordo com a legislação pertinente.

5.5.2) Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo que será determinado pela Câmara Municipal de Caçu, a contar da data fixada pela contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.5.3) Os bens serão recebidos definitivamente em até 30 (trinta) dias corridos, incluídos o prazo do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.5.4) Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5.5) O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato. No caso de descumprimento, a licitante será notificada extrajudicialmente, pelas vias administrativas, para que em 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento da notificação, faça a entrega do material ou venha apresentar justificativa de impossibilidade de cumprir o compromisso contratual. Em ambos os casos, fica desde já estabelecido que a Câmara Municipal, poderá, a seu critério, cancelar a Nota de Empenho e convocar o segundo colocado, sem, entretanto, declinar do seu direito de promover o devido processo administrativo visando aplicação das sanções cabíveis e cobrança administrativa, na forma da Lei nº 14.133/2021: advertência, multa,



impedimento de licitar e contratar, registro de inadimplência no SICAF e, se necessário, promover cobrança judicial e apuração das perdas e danos na forma da lei.

5.6) Requisitos de garantia e manutenção: **Os equipamentos dessa aquisição deverão possuir garantia de, no mínimo, um (01) ano de funcionamento, salvo os dos itens 09, 12 e 14 da planilha DO OBJETO (item 1) deste TR, que poderão ter período menor de garantia, desde que, não inferior a 90 dias.** A vigência da garantia é iniciada a partir da assinatura do Termo Definitivo de Recebimento de Material. Caso a garantia precise ser acionada, a empresa deverá conceder outro novo e igual período de garantia, tendo a vigência iniciada a partir da assinatura do Termo Definitivo de Recebimento de Material. A empresa contratada deverá prover e-mail e telefone com atendimento em horário comercial para recepção de chamados. Os chamados deverão ser protocolizados pela contratante.

5.7) Requisitos de experiência profissional da equipe que executará os serviços relacionados à solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC): Não são necessários por tratar de equipamentos que a equipe da Câmara já tem expertise em seu manuseio.

## **6) MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

6.1) A vigência do contrato decorrente da ARP será de:

6.1.1) até 31 de dezembro de 2024, contados da assinatura do contrato, para a entrega e recebimento definitivo dos equipamentos, podendo ser prorrogada à critério da Câmara Municipal de Caçu.

6.1.1.1) A vigência do contrato, somada com a sua eventual prorrogação, não poderá exceder dois (02) anos, de acordo com o § único do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2) Obrigações contratuais do contratante e da contratada

6.2.1) Deveres e responsabilidades do CONTRATANTE:

6.2.1.1) Efetuar os pagamentos dentro dos prazos estabelecidos no contrato;

6.2.1.2) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual;

6.2.1.3) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.2.1.4) Comunicar formalmente qualquer anormalidade ocorrida pela CONTRATADA na execução do contrato;

6.2.1.5) Permitir acesso dos representantes e dos recursos técnicos da CONTRATADA ao local da execução do objeto, desde que respeitadas todas as normas internas de segurança do CONTRATANTE, inclusive aquelas referentes à identificação, trânsito e permanência em suas dependências;

6.2.1.6) Colocar os equipamentos a serem mantidos à disposição dos técnicos da CONTRATADA durante o tempo necessário à execução e conclusão do serviço;

6.2.1.7) Proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir o objeto da contratação.

**6.2.2) Deveres e responsabilidades da CONTRATADA:**

6.2.2.1) Fornecer os equipamentos com todos os itens acessórios necessários à sua perfeita instalação e funcionamento, incluindo quando necessário, cabos, conectores, interfaces, suportes, drivers e softwares com as suas respectivas licenças de uso. Não sendo permitida a utilização de adaptadores ou quaisquer outros dispositivos que não sejam originais do conjunto dos equipamentos licitados, os quais deverão estar acompanhados da documentação técnica, completa, atualizada e original, contendo os manuais e guias de instalação e outros pertinentes, não sendo aceitas cópias de qualquer tipo. A CONTRATADA poderá colocar à disposição os documentos em meio eletrônico;

6.2.2.2) Entregar os equipamentos no endereço descrito no item 9 deste Termo de Referência, bem como no prazo máximo definido em seu item 5.5, contados a partir da data de emissão da Ordem de Fornecimento;

6.2.2.3) Entregar os equipamentos, novos e de primeiro uso, devidamente protegidos e embalados, originais e lacrados, os quais devem evitar danos de transporte e manuseio;

6.2.2.4) Acatar as normas e diretrizes estabelecidas pelo CONTRATANTE para o fornecimento dos produtos e execução dos serviços objeto deste Termo de Referência;

6.2.2.5) Submeter à prévia aprovação do CONTRATANTE toda e qualquer alteração pretendida no fornecimento dos bens;

6.2.2.6) Manter, durante a execução do contrato a ser firmado, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.2.2.7) Não transferir a outrem no todo ou em parte o objeto da contratação;

6.2.2.8) Assumir a responsabilidade por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação;

6.2.2.9) Responsabilizar-se pelos custos relativos aos serviços de garantia e de suporte técnico dos equipamentos, que devem estar incluídos no preço dos próprios itens;

6.2.2.10) Executar o serviço de garantia para os equipamentos pelos prazos descritos no item 5.6 deste TR, contados a partir da data de aceitação pelo CONTRATANTE, ou seja, emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos equipamentos;

6.2.2.11) Responsabilizar-se integralmente pela sua equipe técnica, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando à execução dos trabalhos durante todo o contrato, dentro dos prazos estipulados, sob pena de ser considerada infração passível de aplicação das penalidades previstas, caso os prazos e condições não sejam cumpridas;

6.2.2.12) Proceder ao atendimento dos chamados técnicos de garantia, solicitados pelo CONTRATANTE por meio de ligação telefônica, via Internet (preferencialmente) ou e-mail, nos dias úteis, no período das 8h às 18h;

6.2.2.13) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos do CONTRATANTE, em relação a problemas detectados, atendendo de imediato as solicitações;

6.2.2.14) Acatar, nas mesmas condições ofertadas, nos termos do art. 125, da Lei nº 14.133/2021, as solicitações do CONTRATANTE para acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias à execução do objeto licitado;

6.2.2.15) Assumir a responsabilidade por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto licitado;



6.2.2.16) Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, por parte do Fiscal de Contrato indicada pelo CONTRATANTE para acompanhamento da execução do contrato, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

6.2.2.17) Comunicar ao Gestor do Contrato, por escrito, qualquer anormalidade que ponha em risco o fornecimento;

6.2.2.18) Corrigir as falhas detectadas pelo Fiscal do Contrato indicada pelo CONTRATANTE;

6.2.2.19) Executar as atividades previstas no contrato em estrito cumprimento aos prazos previstos no Anexo II, após a emissão de Ordem de Fornecimento pelo CONTRATANTE.

6.2.2.20) Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

### 6.3) Papéis a serem desempenhados durante a execução contratual

#### 6.3.1) Pelo CONTRATANTE:

6.3.1.1) Fiscal do Contrato: Os produtos e serviços objetos desta contratação serão fiscalizados por servidor da CONTRATANTE, doravante denominado Fiscal do Contrato, que terá autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual.

6.3.1.1.1) Ao Fiscal do Contrato compete, entre outras atribuições:

- a) Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, ou obter da Câmara, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;
- b) Manter organizado e atualizado um sistema de controle em que se registrem as ocorrências ou os serviços descritos de forma analítica;
- c) Acompanhar e atestar a prestação dos serviços contratados e indicar a ocorrência de inconformidade desses serviços ou não cumprimento do contrato;
- d) Encaminhar à Presidência da Câmara os documentos para exame e deliberação sobre a possível aplicação de sanções administrativas.

6.3.1.1.2) A ação do Fiscal do Contrato não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

#### 6.3.2) Pela CONTRATADA:

6.3.2.1) Representante legal: pessoa formalmente designada e devidamente autorizada a firmar contrato em nome da CONTRATADA;

6.3.2.2) Preposto: nomeado pelo representante legal no início da execução contratual, nos termos do art. 118 da Lei nº 14.133/21, que atuará como representante da CONTRATADA durante a execução contratual.

6.3.2.2.1) A CONTRATADA deverá apresentar Preposto no prazo de 5 (cinco) dias corridos a partir da assinatura do contrato.

### 6.4) Dinâmica de execução contratual

#### 6.4.1) Instrumentos formais para fornecimento do objeto:

6.4.1.1) O fornecimento do objeto se dará com a emissão da Ordem de Fornecimento, emitida pelo CONTRATANTE, ocasião a partir da qual começará a contagem dos prazos estabelecidos neste Termo;

6.4.1.2) Na execução do objeto deverá ser observado o CRONOGRAMA DE AQUISIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E PAGAMENTO DO FORNECEDOR, contido no Anexo II do Termo de Referência.

6.4.2) Forma de comunicação:

6.4.2.1) A comunicação, que deverá ocorrer primordialmente entre o CONTRATANTE e o Preposto da CONTRATADA, ocorrerá da seguinte maneira:

- a) Preferencialmente na forma eletrônica, por exemplo com a utilização de correio eletrônico (e-mail);
- b) Por telefone, incluído os aplicativos de mensagens de texto;
- c) Por documento no padrão Ofício, quando couber;
- d) Excepcionalmente por outros meios, quando em comum acordo entre as partes.

6.4.3) Prazos de execução:

6.4.3.1) A entrega do objeto constante da Ordem de Fornecimento emitida pelo CONTRATANTE deverá ser realizada em até 30 (trinta) dias corridos, a contar da emissão de Ordem de Fornecimento;

6.4.3.2) Na contagem dos prazos previstos neste documento, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento. Só se iniciam, incluem e vencem os prazos em dias úteis e de expediente na Câmara Municipal de Caçu;

6.4.3.3) Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do CONTRATANTE;

6.4.3.4) Eventual pedido de prorrogação deverá ser encaminhado à Câmara, preferencialmente na forma eletrônica;

6.4.3.5) O pedido de prorrogação deverá ser solicitado pela CONTRATADA dentro do prazo inicialmente estabelecido, sob pena de ser-lhe imputada multa;

6.4.3.6) Em casos excepcionais, autorizados pelo CONTRATANTE, o documento comprobatório do alegado poderá acompanhar a entrega do produto.

6.5) Recebimento do objeto

6.5.1) Em conformidade com o artigo 38, inciso II, da Resolução nº 01/2022 o objeto deste contrato será aceito:

6.5.1.1) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias corridos da comunicação escrita do contratado;

6.5.1.2) definitivamente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, em até 30 (trinta) dias corridos da comunicação escrita do contratado.

6.5.2) Na hipótese de ser verificada a impropriedade do objeto no ato da entrega/execução, o Fiscal do Contrato o rejeitará imediatamente, no todo ou em parte, sendo a CONTRATADA notificada a proceder à regularização no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após a verificação;





**CÂMARA**  
**MUNICIPAL DE CAÇU**  
O Legislativo Mais Perto de Você

6.5.2.1) Havendo reincidência quanto à impropriedade do objeto no momento da entrega/execução retificadora, poderão ser aplicadas as sanções previstas contratualmente.

6.5.3) Após o recebimento provisório, a fiscalização avaliará as características do objeto, identificando eventuais problemas;

6.5.3.1) Estando em conformidade com as exigências deste Termo de Referência, será efetuado o recebimento definitivo do objeto;

6.5.3.2) Se, após o aceite provisório, constatar-se que o objeto foi entregue em desacordo com o contrato ou com a proposta, com incorreção, ou incompleto, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento após a notificação à CONTRATADA, condição que será mantida até o saneamento da situação.

6.5.4) Quando houver entrega de bem ou material em desacordo com o especificado neste Termo de Referência, no Instrumento Convocatório, no Contrato ou com defeito, será rejeitado parcial ou totalmente, conforme o caso, e a CONTRATADA será obrigada a substituí-los dentro do prazo contratual, sob pena de se considerar atraso na entrega;

6.5.4.1) A CONTRATADA ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o bem ou material que vier a ser recusado;

6.5.4.2) A CONTRATADA deverá retirar o bem ou material recusado no momento da entrega do bem ou material correto. A Câmara Municipal de Caçu não se responsabilizará por qualquer dano ou prejuízo que venha a ocorrer após esse prazo;

6.5.4.3) Será considerado abandonado o bem ou material que não for recolhido pela CONTRATADA em até 15 (quinze) dias corridos após a comunicação do CONTRATANTE;

6.5.4.4) A Administração poderá dar a destinação que julgar conveniente ao bem ou material abandonado em suas dependências;

6.5.4.5) A CONTRATADA deverá entregar todo o bem ou material discriminado na Ordem de Fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento da obrigação.

6.5.5) Independentemente da aceitação, a CONTRATADA garantirá a qualidade do serviço ou bem fornecido pelo prazo estabelecido contratualmente, obrigando-se a reparar aquele que apresentar incorreções ou defeito no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE;

6.5.6) Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto;

6.5.7) O aceite provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos por lei ou pelo contrato;

6.5.8) A entrega do objeto pela CONTRATADA e seu recebimento pela Câmara não implicam sua aceitação definitiva, a qual será caracterizada pela emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

6.6) Critérios de medição e pagamento (art. 6º, XXIII, "g", Lei Federal nº 14.133/2021)

6.6.1) O pagamento será efetuado em pagamento único, por ordem bancária, mediante a apresentação de nota fiscal correspondente ao fornecimento do bem, devidamente atestada pela equipe de fiscalização do contrato, devendo ser emitida, obrigatoriamente, pelo CNPJ da CONTRATADA.



**CÂMARA**  
**MUNICIPAL DE CAÇU**  
O Legislativo Mais Perto de Você

- 6.6.1.1) O pagamento a que se refere o subitem anterior, necessariamente deverá respeitar a futura, a eventual e a parcelada aquisição dos bens.
- 6.6.2) Após verificar que o objeto foi entregue de acordo com as especificações contratuais, o Gestor do Contrato fará o empenho e liquidação da despesa em até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal, que será encaminhada à tesouraria para:
- 6.6.2.1) Pagamento da despesa, a contar do empenho e liquidação da nota fiscal, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 6.6.2.1.1) Os prazos de que trata os subitens 6.6.2 e 6.6.2.1, poderão ser excepcionalmente prorrogados, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 6.6.3) O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, verificadas pela Câmara Municipal durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins de que trata os subitens 6.6.2 e 6.6.2.1.
- 6.6.4) Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica em que a despesa originalmente estava inscrita.
- 6.6.5) Deverá ser apresentada, concomitante à nota fiscal, a seguinte documentação:
- a) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, comprovando regularidade com o FGTS;
  - b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
  - c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho;
  - d) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA.
- 6.6.5.1) Após apresentada a referida comprovação, a CONTRATADA ficará responsável por comunicar ao CONTRATANTE qualquer alteração posterior à situação declarada, a qualquer tempo, durante a execução do ajuste.
- 6.6.6) Poderá o CONTRATANTE, após efetuar a análise das notas fiscais, realizar glosas dos valores cobrados indevidamente. Neste caso, a CONTRATADA será informada das razões que motivaram a recusa dos valores.
- 6.6.6.1) A CONTRATADA poderá apresentar impugnação à glosa, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação;
- 6.6.6.2) Caso a CONTRATADA não apresente a impugnação, ou caso o CONTRATANTE não acolha as razões da impugnação, o valor será deduzido da respectiva nota fiscal.
- 6.6.7) O prazo de pagamento será interrompido nos casos em que haja necessidade de regularização do documento fiscal, o que será devidamente apontado pelo CONTRATANTE.
- 6.6.7.1) A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.
- 6.6.8) O depósito bancário produzirá os efeitos jurídicos da quitação da prestação devida.



6.6.9) No caso de eventual atraso no pagamento sem que a CONTRATADA tenha concorrido para tal, haverá incidência de atualização monetária, sobre o valor devido, *pro rata temporis*, ocorrida entre a data limite estipulada para pagamento e a da efetiva realização. Para esse fim, será utilizada a variação acumulada do IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

6.6.10) O mesmo critério de correção, indicado no subitem 6.6.9, será adotado em relação à devolução dos valores recebidos indevidamente pela CONTRATADA, bem como em decorrência de atrasos no recolhimento de multas eventualmente aplicadas.

## **7) FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, XXIII, "H", LEI N. 14.133/2021)**

7.1) Classifica-se a natureza do objeto a ser contratado como bem comum, para a qual se aplica o disposto no art. 6º, XIII, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021. Desse modo, fica definida como forma de seleção do fornecedor LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, de acordo com o disposto no art. 6º, XLI e XLV, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

7.2) Esta forma de seleção do fornecedor vai ao encontro do disposto no item 8 (Parcelamento da Contratação) do Estudo Técnico Preliminar, o qual justifica o parcelamento da aquisição dos equipamentos por motivos de: orçamento limitado, preservação da saúde financeira, planejamento estratégico dos gastos e implantação gradual dos recursos.

## **8) ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 6º, XXIII, "J", LEI N. 14.133/2021)**

8.1) Os recursos para o pagamento das despesas advêm do Tesouro da Câmara Municipal, do orçamento com vigência até dezembro de 2024: Órgão: Câmara Municipal de Caçu; Unidade: 1 – Legislativa; 31 – Ação Legislativa; 2.001 – Manutenção da Câmara Municipal; 4.4.90.52. – Equipamentos e Material Permanente; 3.3.90.30 – Material de Consumo.

## **9) LOCAL PARA ENTREGA DO OBJETO**

9.1) A entrega do objeto constante da Ordem de Fornecimento será realizada nas dependências da Câmara Municipal de Caçu, situada à Rua Tibúrcio Siqueira Gama, nº 55, Setor Morada dos Sonhos, Caçu-GO, CEP: 75813-000, de segunda à sexta-feira, nos dias em que houver expediente, das 08h00min às 10h30min e das 13h00min às 16h30min.

## **10) DISPOSIÇÕES FINAIS**

10.1) Fazem parte deste Termo de Referência:

10.1.1) o Anexo I - Especificações técnicas dos equipamentos (requisitos mínimos);

10.1.2) o Anexo II – Cronograma de aquisição dos equipamentos e pagamento do fornecedor.

**ANEXO I  
DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS  
(REQUISITOS MÍNIMOS)**

**ITEM 01**

**1. COMPUTADOR**

**1.1 PLACA PRINCIPAL**

- 1.1.1 Possuir, no mínimo, 4 (quatro) slots para memórias do tipo RAM DDR4 ou superior, e que permita expansão da memória para até 128 GB (cento e vinte e oito gigabytes) e suporte às memórias de 3.200Mhz (três mil, duzentos megahertz) ou superior;
- 1.1.2 Possuir Chipset do mesmo fabricante do processador;
- 1.1.3 Possuir suporte ao modelo da memória RAM.

**1.2 PROCESSADOR**

- 1.2.1 Velocidade real (clock interno) de no mínimo 3,0 GHz (três gigahertz), por núcleo, sem o uso de recursos de turbo ou overclock;
- 1.2.2 Possuir arquitetura x86 e x64, com no mínimo 12 (doze) núcleos físicos e 20 (vinte) threads;
- 1.2.3 Acompanhado de refrigeração por water cooler de 240mm.

**1.3 MEMÓRIA RAM**

- 1.3.1 Capacidade instalada mínima de 32 GB (trinta e dois gigabytes), distribuídos em 4 (quatro) módulos de 8 GB (oito gigabytes) ou superior;
- 1.3.2 Padrão DDR4 ou superior;
- 1.3.3 Velocidade de no mínimo 3200 MHz (três mil, duzentos megahertz).

**1.4 UNIDADES DE ARMAZENAMENTO**

- 1.4.1 Deverá ser entregue com 2 (duas) unidade de disco, sendo 1 (uma) unidade SSD M.2 PCIe NVMe com capacidade de, no mínimo, 500 GB (quinhentos gigabytes) e 1 (uma) unidade HD com capacidade de, no mínimo, 4 TB (quatro terabytes) de interface SATA 3.5”.

**1.5 INTERFACE DE VÍDEO**

- 1.5.1 Placa de vídeo offboard com, no mínimo, 8 GB (oito gigabytes) de memória padrão GDDR6 de 128 (cento, vinte e oito) bits e possuir núcleos CUDA 3072 (três mil, setenta e dois) ou superior;
- 1.5.2 Deverá possuir, no mínimo, 4 (quatro) interfaces de sinal de vídeo, sendo 2 (duas) obrigatoriamente no padrão HDMI.

**1.6 GABINETE**

- 1.6.1 Tamanho compatível com a placa mãe, e também, com a placa de vídeo;
- 1.6.2 Suporte para water cooler de 240mm;



1.6.3 Painel frontal na parte superior com 1x USB3.0, 2x USB1.0 e áudio.

#### 1.7 FONTE DE ALIMENTAÇÃO

1.7.1 A fonte de alimentação deve ser compatível com o equipamento ofertado e instalado internamente do gabinete;

1.7.2 Possuir potência nominal mínima de 750 Watts e ser capaz de suportar todos os dispositivos internos na configuração ofertada (placa mãe, microprocessador, unidades de armazenamento, memória RAM e demais periféricos);

1.7.3 Deve aceitar tensões de 100 a 240VCA (+/-10%), 50-60Hz, com ajuste automático da tensão de entrada.

### ITEM 04

#### 2. CÂMERA FILMADORA

2.1 Fotos UHD 4K 24/30p e 16,6 mp.

2.2 Gimbal embutido, estabilização óptica.

2.3 Sensor cmos de baixa luminosidade Exmor R de 1/2,5".

2.4 Tela sensível ao toque lcd flip-out e inclinável de 3".

2.5 Zoom óptico de 20x e zoom de imagem nítida de 40x.

2.6 Lente Zoom Zeiss Vario-Sonnar T\* de 26,8 mm.

2.7 Auto foco inteligente rápido com rastreamento.

2.8 Até 100 Mb/s xavc S 4K / HD até 50 Mb/s.

2.9 Microfone de som surround de 5.1 canais.

2.10 Criador de filmes de destaque com 1 botão.

### ITEM 06

#### 3. INTERFACE DE ÁUDIO

3.1 Possuir resposta de Frequência (Entrada de Microfone 1 (XLR balanceado)) 420 Hz - 20 kHz (+0,1 dB), alcance dinâmico 104 dB (ponderação A) e relação sinal-ruído 104 dB (+1,0 dBu, ponderação A).

3.2 Resposta de Frequência (Entrada de linha (TRS balanceada de 1/4"[6,35 mm])) 20 Hz - 20 kHz (+0,05 dB), relação sinal-ruído 101 dB (1 kHz, +4 dBu, ponderação A).

3.3 Resposta de Frequência (Entrada Inst 2 (desbalanceada 1/4"[6,35 mm] TS)) 20 Hz - 20 kHz (+0,05 dB).

3.4 Resposta de Frequência (Saídas principais, L e R 20 Hz - 20 kHz (+0,06 dB), faixa dinâmica / relação sinal ruído 102 dB (ponderação A).

3.5 Saída de Fone de Ouvidos (TRS de 1/4"[6,35mm]).

3.6 Poder alimentado por barramento USB.

#### **ITEM 07**

#### **4. PLACA DE CAPTURA USB SWITCHER HDMI PARA TRANSMISSÃO AO VIVO**

4.1 Possuir entradas de vídeo HDMI, com no mínimo 4 HDMI tipo A e áudio embutido de 2 canais.

4.2 Total de entradas de áudio – mini conector estéreo de 2 x 3,5 mm.

4.3 Gravação direta em unidades flash USB em H.264.

4.4 Transmissão direta via Ethernet para o YouTube ao vivo e outras plataformas.

#### **ITEM 08**

#### **5. NOTEBOOK**

5.1 Possuir tela de 15" ou superior.

5.2 Processador com velocidade de 4.20ghz, possuir 8 núcleos ou superior.

5.3 Memória RAM, no mínimo, de 8GB DDR4, com armazenamento interno SSD 256GB ou superior.

5.4 Teclado padrão ABNT ou ABNT2.

#### **ITEM 10**

#### **6. IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL**

6.1 Possuir visor LCD de 2 linha.

6.2 Tecnologia de impressão a laser.

6.3 Resolução (máxima) até 2400 x 600 dpi.

6.4 Interfaces USB de alta velocidade, Wireless 802.11b/g/n.

6.5 Ter impressão Duplex.





**CÂMARA**  
**MUNICIPAL DE CAÇU**  
O Legislativo Mais Perto de Você

6.6 Capacidade da Bandeja de Papel de 250 Folhas.

6.7 Tamanhos do Papel A5 até Ofício.

6.8 ADF com capacidade de 35 Folhas.



**ANEXO II**  
**DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**CRONOGRAMA DE AQUISIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E PAGAMENTO**  
**DO FORNECEDOR**

ITEM	PRAZO MÁXIMO* (EM DIAS CORRIDOS)	CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	RESPONSÁVEL
1	D	Emissão da Ordem de Fornecimento	Contratante
2	D + 30	Entrega dos equipamentos na Câmara Municipal de Caçu em perfeito estado de conservação e conforme os requisitos mínimos exigidos	Contratada
3	Até 15 dias após a etapa do item 2	Substituição de equipamento com defeito e/ou fora dos requisitos exigidos; envio de equipamento não remetido conforme a Ordem de Fornecimento	Contratada
4	Até 07 dias após a etapa do item 2 e/ou 3	Empenho e liquidação da despesa (nota fiscal)	Contratante
5	Até 07 dias após a etapa do item 4	Pagamento da despesa (nota fiscal)	Contratante
6	Até 15 dias após a etapa do item 2	Emitir o Termo de Recebimento Provisório	Contratante
7	Até 15 dias após a etapa do item 6	Emitir o Termo de Recebimento Definitivo	Contratante

\* Na contagem dos prazos excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento.







**CÂMARA**  
**MUNICIPAL DE CAÇU**  
O Legislativo Mais Perto de Você

## MÓDULO II – DAS DECLARAÇÕES



“PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA”

**ANEXO I  
DAS DECLARAÇÕES**

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO COM EVENTUAL  
AQUISIÇÃO E ENTREGA PARCELADA Nº 001/2024.**

OBJETO: Registro de preços, para a futura e eventual aquisição, de forma parcelada, de equipamentos de informática e eletrônicos para execução dos trabalhos administrativos e legislativos, e transmissão audiovisual das reuniões das Comissões no Anexo Vereador Gerônimo Nunes dos Santos, da Câmara Municipal de Caçu, conforme as condições estabelecidas neste Edital e anexos.

Proponente/Empresa: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_

Estado: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

ITEM	UNID.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	UNID	01	Computador desktop sem monitor, conforme especificações técnicas no Módulo I, Anexo I do Termo de Referência. <b>Indicar especificação, marca e modelo do item fornecido.</b>		
02	UNID	09	Monitor 21.5” FullHD, ajuste de altura, rotação, inclinação, conexão HDMI e VGA. <b>Indicar especificação, marca e modelo do item fornecido.</b>		
03	UNID	01	Monitor 26” IPS, Ultrawide, FullHD <b>Indicar especificação, marca e modelo do item fornecido.</b>		
04	UNID	01	Câmera filmadora Handycam 4K, conforme especificações técnicas no Módulo I, Anexo I do Termo de Referência. <b>Indicar especificação, marca e modelo do item fornecido.</b>		
05	UNID	01	HDMI Wi-fi, 400FT HDMI SDI wireless		





**CÂMARA**  
**MUNICIPAL DE CAÇU**  
O Legislativo Mais Perto de Você

			transmissor. <b>Indicar especificação, marca e modelo do item fornecido.</b>		
06	UNID	01	Interface de áudio USB, conforme especificações técnicas no Módulo I, Anexo I do Termo de Referência. <b>Indicar especificação, marca e modelo do item fornecido.</b>		
07	UNID	01	Placa de captura USB switcher HDMI para transmissão ao vivo, conforme especificações técnicas no Módulo I, Anexo I do Termo de Referência. <b>Indicar especificação, marca e modelo do item fornecido.</b>		
08	UNID	10	Notebook, conforme especificações técnicas no Módulo I, Anexo I do Termo de Referência. <b>Indicar especificação, marca e modelo do item fornecido.</b>		
09	UNID	03	HD 2TB externo. <b>Indicar especificação, marca e modelo do item fornecido.</b>		
10	UNID	01	Impressora Multifuncional Laser, conforme especificações técnicas no Módulo I, Anexo I do Termo de Referência. <b>Indicar especificação, marca e modelo do item fornecido.</b>		
11	UNID	01	Scanner de mesa duplex com alimentador automático. <b>Indicar especificação, marca e modelo do item fornecido.</b>		
12	UNID	02	HUB USB 3.0 com 7 portas ou mais. <b>Indicar especificação, marca e modelo do item fornecido.</b>		
13	KIT	01	Extensor HDMI RJ45 TX e RX distância até 60m Cat6, com suporte resolução de vídeo até 1080p. <b>Indicar especificação, marca e modelo do item fornecido.</b>		
14	KIT	03	Teclado e mouse sem fio, layout ABNT2, receptor sem fio único. <b>Indicar especificação, marca e modelo do item fornecido.</b>		
<b>TOTAL GERAL (R\$)</b>				<b>R\$</b>	

Total geral (por extenso): \_\_\_\_\_

Prazo de execução/entrega: conforme Edital.



**CÂMARA**  
**MUNICIPAL DE CAÇU**  
O Legislativo Mais Perto de Você

Validade da proposta: até 31 de dezembro de 2024.

Condição de Pagamento: conforme Edital.

Obs.: O nome do proponente, o CPF e o RG deverão ser do responsável que irá assinar o contrato de fornecimento proveniente desta licitação;

Obs. Nos preços propostos estarão previstos, além do lucro, todos os custos diretos e indiretos relativos ao cumprimento integral do objeto do PREGÃO, envolvendo, entre outras despesas, tributos de qualquer natureza, instalação, treinamento, frete, embalagens etc., exceto quanto aos preços nas hipóteses de desequilíbrio econômico-financeiro previsto na legislação.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
(com carimbo da empresa)





“PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA”

**ANEXO II  
DAS DECLARAÇÕES**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO CONDENAÇÃO JUDICIAL**

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO COM EVENTUAL  
AQUISIÇÃO E ENTREGA PARCELADA Nº 001/2024.**

Declaro que eu, \_\_\_\_\_, portador(a)  
do CPF nº \_\_\_\_\_, representante da empresa  
\_\_\_\_\_,  
CNPJ nº \_\_\_\_\_, estabelecida no endereço  
\_\_\_\_\_ como seu(ua) representante legal  
para os fins da presente declaração, que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste  
edital, esta empresa não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por  
exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às  
de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação  
trabalhista.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
(com carimbo da empresa)



“PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA”

**ANEXO III  
DAS DECLARAÇÕES**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO EM PRESTAR  
GARANTIA**

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO COM EVENTUAL  
AQUISIÇÃO E ENTREGA PARCELADA Nº 001/2024.**

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF nº \_\_\_\_\_, representante da empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, DECLARO, que ela se compromete a prestar garantia a contar da data de recebimento do Termo de Recebimento Definitivo – TRD, conforme detalhamento abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	TEMPO DE GARANTIA
01	Computador desktop sem monitor, conforme especificações técnicas no Módulo I, Anexo I do Termo de Referência. <b>Indicar especificação, marca e modelo do item fornecido.</b>	Mínimo de 1 ano.
02	Monitor 21.5” FullHD, ajuste de altura, rotação, inclinação, conexão HDMI e VGA. <b>Indicar especificação, marca e modelo do item fornecido.</b>	Mínimo de 1 ano.
03	Monitor 26” IPS, Ultrawide, FullHD <b>Indicar especificação, marca e modelo do item fornecido.</b>	Mínimo de 1 ano.
04	Câmera filmadora Handycam 4K, conforme especificações técnicas no Módulo I, Anexo I do Termo de Referência. <b>Indicar especificação, marca e modelo do item fornecido.</b>	Mínimo de 1 ano.
05	HDMI Wi-fi, 400FT HDMI SDI wireless transmissor. <b>Indicar especificação, marca e modelo do item fornecido.</b>	Mínimo de 1 ano.
06	Interface de áudio USB, conforme especificações técnicas no Módulo I, Anexo I do Termo de Referência. <b>Indicar especificação, marca e modelo do item fornecido.</b>	Mínimo de 1 ano.
07	Placa de captura USB switcher HDMI para transmissão ao vivo, conforme especificações técnicas no Módulo I, Anexo I do Termo de Referência. <b>Indicar especificação, marca e modelo do item fornecido.</b>	Mínimo de 1 ano.
08	Notebook, conforme especificações técnicas no Módulo I, Anexo I do Termo de Referência. <b>Indicar especificação, marca e modelo do item fornecido.</b>	Mínimo de 1 ano.
09	HD 2TB externo. <b>Indicar especificação, marca e modelo do item fornecido.</b>	Mínimo de 90 dias.
10	Impressora Multifuncional Laser, conforme especificações técnicas no Módulo I, Anexo I do Termo de Referência. <b>Indicar especificação, marca e modelo do item fornecido.</b>	Mínimo de 1 ano.
11	Scanner de mesa duplex com alimentador automático. <b>Indicar especificação, marca e modelo do item fornecido.</b>	Mínimo de 1 ano.





**CÂMARA**  
**MUNICIPAL DE CAÇU**  
O Legislativo Mais Perto de Você

12	HUB USB 3.0 com 7 portas ou mais. <b>Indicar especificação, marca e modelo do item fornecido.</b>	<b>Mínimo de 90 dias.</b>
13	Extensor HDMI RJ45 TX e RX distância até 60m Cat6, com suporte resolução de vídeo até 1080p. <b>Indicar especificação, marca e modelo do item fornecido.</b>	<b>Mínimo de 1 ano.</b>
14	Teclado e mouse sem fio, layout ABNT2, receptor sem fio único. <b>Indicar especificação, marca e modelo do item fornecido.</b>	<b>Mínimo de 90 dias.</b>

Obs.: Na coluna 'Tempo de Garantia' colocar o tempo que o equipamento estará sob vigência da garantia, respeitando o tempo mínimo exigido.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
(com carimbo da empresa)



“PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA”

**ANEXO IV  
DAS DECLARAÇÕES**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO PLENA AOS REQUISITOS  
DE HABILITAÇÃO ESTABELECIDOS NO EDITAL**

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO COM EVENTUAL  
AQUISIÇÃO E ENTREGA PARCELADA Nº 001/2024.**

A empresa \_\_\_\_\_ (razão social), inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_ com sede na \_\_\_\_\_ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, para cumprimento do previsto no item 9.6, alínea “a”, do Edital de Pregão Público nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARA que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no referido Edital e seus anexos, estando ciente de todos os seus termos.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
(com carimbo da empresa)





“PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA”

**ANEXO V  
DAS DECLARAÇÕES**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENOR  
TRABALHADOR**

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO COM EVENTUAL  
AQUISIÇÃO E ENTREGA PARCELADA Nº 001/2024.**

Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ  
nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, Sr(a)  
\_\_\_\_\_, portador(a) do CPF nº \_\_\_\_\_,

DECLARA, sob as penas da Lei, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art.  
7º da Constituição da Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho  
noturno, perigoso ou insalubre; não emprega menor de dezesseis anos, exceto na condição  
de aprendiz e, não emprega menor de quatorze anos em qualquer condição.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
(com carimbo da empresa)



“PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA”

**ANEXO VI  
DAS DECLARAÇÕES**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOAS  
COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO COM EVENTUAL  
AQUISIÇÃO E ENTREGA PARCELADA Nº 001/2024.**

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARO, sob as penalidades da lei, que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, da qual sou seu representante legal, cumpre integralmente as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, conforme previsto no inciso IV, do art. 63, da Lei Federal nº 14.133/2021 e outras normas específicas aplicáveis.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
(com carimbo da empresa)



“PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA”

**ANEXO VII  
DAS DECLARAÇÕES**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPOSTA DE PREÇOS ATENDE  
AOS REQUISITOS DOS CUSTOS PARA ATENDIMENTO AOS DIREITOS  
TRABALHISTAS**

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO COM EVENTUAL  
AQUISIÇÃO E ENTREGA PARCELADA Nº 001/2024.**

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas de desclassificação do certame licitatório, que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, da qual sou seu representante legal, que a proposta de preços por ela apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme previsto no §1º do art. 63 da Lei n. 14.333/2021.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
(com carimbo da empresa)







**CÂMARA**  
**MUNICIPAL DE CAÇU**  
O Legislativo Mais Perto de Você

## **MÓDULO III – MINUTA DE CONTRATO**



**ANEXO ÚNICO  
DO MÓDULO III**

**MINUTA DE CONTRATO Nº XX/2024**

*“Que entre si celebram a  
CÂMARA MUNICIPAL DE  
CAÇU, Estado de Goiás, e a  
empresa XXXXXXXXX”.*

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇU**, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público / órgão público, inscrita no CNPJ: 24.858.722/0001-40, com sede na Avenida Tibúrcio Siqueira Gama, nº 55, Setor Morada dos Sonhos, Caçu/GO - CEP: 75813-000, neste ato representada por seu representante legal, o Presidente **ORLANDO OLIVEIRA SILVA**, brasileiro, casado, aposentado, portador da CI-RG nº [REDACTED], inscrito no CPF sob nº [REDACTED], residente e domiciliado na [REDACTED], doravante denominada **CONTRATANTE**;

A **EMPRESA** \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo proprietário, \_\_\_\_\_, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da CI-RG nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, cidade, Estado de \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**.

O presente contrato decorre de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para REGISTRO DE PREÇO, EDITAL Nº 001/2024, de 12 de abril de 2024, na forma da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 outubro de 1988, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Resolução nº 01, de 25 de fevereiro de 2022, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**I – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – O objeto deste contrato consiste na futura e eventual aquisição de equipamentos de informática e eletrônicos para execução dos trabalhos administrativos e legislativos, e transmissão audiovisual das reuniões das Comissões no Anexo Vereador Gerônimo Nunes dos Santos, da Câmara Municipal de Caçu, conforme tabela abaixo:

ITEM	UNID.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	TEMPO DE GARANTIA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01						
(...)						



**CÂMARA**  
**MUNICIPAL DE CAÇU**  
O Legislativo Mais Perto de Você

14						
<b>TOTAL GERAL</b>					<b>R\$</b>	

## **II – CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

2.1 – O fornecimento do objeto se dará com a emissão da Ordem de Fornecimento, emitida pela CONTRATANTE, ocasião a partir da qual começará a contagem dos prazos estabelecidos neste instrumento.

2.2 – Na execução do objeto deverá ser observado o cronograma contido no Módulo I, Anexo II do Termo de Referência (Cronograma de Aquisição dos Equipamentos e Pagamento do Fornecedor).

### **Formas de comunicação**

2.3 – A comunicação, que deverá ocorrer primordialmente entre o CONTRATANTE e o preposto da CONTRATADA, ocorrerá da seguinte maneira:

- a) Preferencialmente na forma eletrônica, por exemplo com a utilização de correio eletrônico (e-mail);
- b) Por telefone, incluído os aplicativos de mensagens de texto;
- c) Por documento no padrão Ofício, quando couber;
- d) Excepcionalmente por outros meios, quando em comum acordo entre as partes.

### **Prazos de execução**

2.4 – A entrega do objeto constante da Ordem de Fornecimento emitida pelo CONTRATANTE deverá ser realizada em até 30 (trinta) dias corridos, a contar da emissão de Ordem de Fornecimento.

2.5 – Na contagem dos prazos previstos neste documento, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento.

2.6 – Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis e de expediente no CONTRATANTE.

2.7 – Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do CONTRATANTE.

2.8 – Eventual pedido de prorrogação deverá ser encaminhado ao CONTRATANTE preferencialmente na forma eletrônica.

2.9 – O pedido de prorrogação deverá ser solicitado pela CONTRATADA dentro do prazo inicialmente estabelecido, sob pena de ser-lhe imputada multa.



2.10 – Em casos excepcionais, autorizados pelo CONTRATANTE, o documento comprobatório do alegado poderá acompanhar a entrega do produto.

### **Garantia do objeto**

2.11 – A CONTRATADA deverá fornecer garantia pelo período informado na tabela da Cláusula Primeira, contados a partir da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

2.12 – Durante todo o período da garantia a CONTRATADA deverá atender e solucionar todos os chamados no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da abertura do chamado pelo CONTRATANTE:

2.12.1 – No caso de empresas situadas num raio de até 150km (cento e cinquenta quilômetros) da cidade de Caçu-GO, esse prazo será de 15 (quinze) dias corridos.

2.13 – Caso a garantia precise ser acionada, a empresa deverá conceder outro novo e igual período de garantia, tendo a vigência iniciada a partir da assinatura do Termo Definitivo de Recebimento de Material.

2.14 – O chamado de acionamento da garantia deverá conter uma identificação própria, para permitir o acompanhamento dos prazos e da solução.

2.15 – A CONTRATADA deverá confirmar ao CONTRATANTE, via correio eletrônico ou qualquer outro meio fornecido, o registro de recebimento do chamado de acionamento da garantia em até 4 (quatro) horas do ato da abertura do chamado.

2.16 – A CONTRATADA deverá emitir, após a conclusão de cada chamado, relatório técnico com o número do chamado, a data e a hora da abertura do chamado, a hora do início e do término do atendimento do chamado, as informações relativas ao defeito, à correção aplicada e a eventuais substituições de peças.

2.17 – A entrega do(s) equipamento(s) e qualquer acessório e/ou software(s) que o(s) componha, constante da Ordem de Fornecimento, será realizada nas dependências da Câmara Municipal de Caçu, situada à Rua Tibúrcio Siqueira Gama, nº 55, Setor Morada dos Sonhos, Caçu-GO, CEP: 75813-000, em dias úteis em que houver expediente, no horário das 08h00min às 10h30min e das 13h00min às 16h30min, ou outro horário definido pelo CONTRATANTE.

### **III – CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO**

3.1 – O recebimento e a aceitação obedecerão ao disposto no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 38, inciso II, da Resolução nº 01/2022:

3.1.1 – provisoriamente, em até 15 (quinze) dias corridos da comunicação escrita do contratado;

3.1.2 – definitivamente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, em até 30 (trinta) dias corridos da comunicação escrita do contratado.



**CÂMARA**  
**MUNICIPAL DE CAÇU**  
O Legislativo Mais Perto de Você

3.2 – Caso o CONTRATANTE constate que o objeto foi fornecido em desacordo com o contrato, com defeito, fora de especificação ou incompleto, a CONTRATADA será formalmente notificada, sendo interrompidos os prazos de recebimento, e os pagamentos suspensos, até que a situação seja sanada. Será ainda observado se o(s) equipamento(s):

- a) é(são) compatível(is) com esta licitação e não exista a cobrança de frete;
- b) está(ão) embalado(s) de acordo com a nota fiscal/empenho, não enviando equipamentos de notas fiscais/empenhos diferentes numa mesma embalagem;
- c) não apresenta(m) avaria ou adulteração;
- d) é(são) da mesma marca e oferecida na proposta inicial, possua(m) a(s) mesma(s) característica(s) da amostra enviada, sob pena de devolução;
- e) é(são) entregue(s) em embalagem original, contendo a data e número do lote de fabricação;
- f) é(são) identificado(s) com o nome da empresa e outras informações de acordo com a legislação pertinente.

3.3 – O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança do objeto fornecido, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

3.4 – Na hipótese de ser verificada a impropriedade do objeto no ato da entrega, o Fiscal do Contrato, ou outra pessoa designada, o rejeitará imediatamente, no todo ou em parte, sendo a CONTRATADA notificada a proceder à regularização no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após a verificação.

3.4.1 – Havendo reincidência quanto à impropriedade do objeto no momento da entrega retificadora, poderão ser aplicadas as sanções previstas contratualmente.

3.5 – Após o recebimento provisório, a fiscalização avaliará as características do objeto, identificando eventuais problemas.

3.5.1 – Estando em conformidade com as exigências deste instrumento, será efetuado o recebimento definitivo do objeto.

3.5.2 – Os prazos para os recebimentos provisório e definitivo constam no item 3.1 desta cláusula.

3.6 – Quando houver entrega de bem em desacordo com o especificado, será rejeitado parcial ou totalmente, conforme o caso, e a CONTRATADA será obrigada a substituí-los dentro do prazo contratual, sob pena de se considerar atraso na entrega.

3.6.1 – A CONTRATADA ficará obrigada a trocar, a suas expensas, o bem ou material que vier a ser recusado;

3.6.2 – A CONTRATADA deverá retirar o bem recusado no momento da entrega do bem correto. O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer dano ou prejuízo que venha a ocorrer após esse prazo;

3.6.3 – Será considerado abandonado o bem que não for recolhido pela CONTRATADA em até 30 (trinta) dias corridos após a comunicação do CONTRATANTE;

3.6.4 – A Administração poderá dar a destinação que julgar conveniente ao bem abandonado em suas dependências;



3.6.5 – A CONTRATADA deverá entregar todo o bem discriminado na Ordem de Fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento da obrigação.

3.7 – Independentemente da aceitação, a CONTRATADA garantirá a qualidade do bem fornecido pelo prazo estabelecido contratualmente, obrigando-se a reparar aquele que apresentar incorreções ou defeito no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE.

3.8 – Nenhum prazo de recebimento correrá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto.

3.9 – A entrega do objeto pela CONTRATADA e seu recebimento pelo COTRATANTE não implicam sua aceitação definitiva, a qual será caracterizada pela emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

#### **IV – CLÁUSULA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

4.1 – O CONTRATANTE designará, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, art. 117, servidor ou equipe de servidores com autoridade para exercer, como seu representante, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

4.2 – O CONTRATANTE reserva-se o direito de fiscalizar e acompanhar a execução do objeto sem que, de qualquer forma, restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o objeto contratado, diretamente ou por preposto designado.

4.3 – A existência e a atuação da fiscalização pelo CONTRATANTE em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à execução do objeto contratado.

4.4 – À Equipe de Fiscalização e/ou Fiscal do Contrato compete, entre outras atribuições:

- a) Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, ou obter do CONTRATANTE, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;
- b) Manter organizado e atualizado um sistema de controle em que se registrem as ocorrências ou os serviços descritos de forma analítica;
- c) Acompanhar e atestar a prestação dos serviços contratados e indicar a ocorrência de inconformidade desses serviços ou não cumprimento do contrato;
- d) Encaminhar à autoridade competente os documentos para exame e deliberação sobre a possível aplicação de sanções administrativas.

#### **V – CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

5.1 Além das demais obrigações assumidas neste contrato, a CONTRATADA compromete-se a:



- a) atender às requisições de fornecimento do CONTRATANTE nos prazos e condições fixados;
- b) responsabilizar-se pelos prejuízos causados ao CONTRATANTE em virtude do descumprimento das condições fixadas;
- c) não transferir para outra empresa, no todo ou em parte, a execução do objeto;
- d) responsabilizar-se pelos encargos fiscais, comerciais, previdenciários e pelas obrigações sociais, todos previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
- e) apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no contrato;
- f) comunicar, formalmente, ao gestor do contrato, eventual atraso ou paralisação na execução do objeto, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pelo CONTRATANTE;
- g) indicar formalmente, preposto visando estabelecer contatos com o Gestor do Contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;
- h) manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante a execução do objeto do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- i) cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- j) cumprir as demais obrigações previstas no Termo de Referência, inclusive em seu item 6.2.2.

## **VI – CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

6.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, além de outras estabelecidas ou decorrentes deste contrato:

- a) permitir à CONTRATADA o acesso de pessoal autorizado, aos locais para execução do objeto, se cabível, fornecendo-lhes as condições e as informações necessárias;
- b) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, com vistas ao seu adequado desempenho, anotando as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA sobre a ocorrência de quaisquer fatos que exijam a adoção de medidas corretivas;
- c) exigir da CONTRATADA, sempre que necessária a apresentação de documentação comprobatória da manutenção das condições que ensejaram sua contratação;
- d) designar servidor para atuar como Gestor do Contrato, visando ao acompanhamento e à fiscalização do contrato;
- e) atestar as notas fiscais, liquidar despesas e efetuar os pagamentos devidos, observadas as condições estabelecidas no contrato;
- f) comunicar formalmente à CONTRATADA, qualquer anormalidade ocorrida na execução do contrato;
- g) efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos;
- h) cumprir as demais obrigações previstas no Termo de Referência, inclusive em seu item 6.2.1.

## **VII – CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA**

7.1 – A vigência deste contrato é:

7.1.1 – até 31 de dezembro de 2024, contados da assinatura deste instrumento, para a entrega e recebimento definitivo dos equipamentos.

## **VIII – CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO**

8.1 – O pagamento será efetuado em parcela única, por ordem bancária, mediante a apresentação de nota fiscal eletrônica.

8.1.1 – As notas fiscais deverão ser emitidas com número do CNPJ qualificado no preâmbulo e encaminhadas ao Gestor do Contrato pelo e-mail: [contabilidade@cacu.go.leg.br](mailto:contabilidade@cacu.go.leg.br).

8.1.2 – No corpo da nota fiscal deverá ser especificado o objeto contratado e seus quantitativos.

8.1.3 – O pagamento a que se este item, necessariamente deverá respeitar a futura, a eventual e a parcelada aquisição do(s) bem(ns).

8.2 – O Gestor do Contrato, após verificar que o objeto foi entregue de acordo com as especificações contratuais, fará o empenho e liquidação da despesa em até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal, que será encaminhada à tesouraria para:

8.2.1 – Pagamento da despesa, a contar do empenho e liquidação da nota fiscal, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.2.2 – Os prazos de que trata os itens 8.2 e 8.2.1, poderão ser excepcionalmente prorrogados, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.2.3 – O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado.

8.3 – Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

8.4 – Deverá ser apresentada, concomitante à nota fiscal, a seguinte documentação:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, comprovando regularidade com o FGTS;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho;
- d) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA.

8.5 – Dos valores a serem pagos à CONTRATADA, serão abatidos, na fonte, os tributos federais, estaduais e municipais, na forma da lei.

8.5.1 – Caso a CONTRATADA goze de algum benefício fiscal, deverá, juntamente com a nota fiscal, encaminhar documentação hábil, ou, no caso de optante pelo



Simple Nacional - Lei Complementar nº 123/2006, declaração nos termos do modelo constante de instrução normativa da Secretaria da Receita Federal.

8.6 – Poderá o CONTRATANTE, após efetuar a análise das notas fiscais, realizar glosas dos valores cobrados indevidamente.

8.6.1 – A CONTRATADA poderá apresentar impugnação à glosa, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação.

8.6.2 – Caso a CONTRATADA não apresente a impugnação, ou caso o CONTRATANTE não acolha as razões da impugnação, o valor será deduzido da respectiva nota fiscal.

8.7 – O depósito bancário produzirá os efeitos jurídicos da quitação da prestação devida.

## **IX – CLÁUSULA NONA – DO VALOR DO CONTRATO**

9.1 – O valor total contratado fica fixado em **R\$ xx,xx (por extenso)**, conforme especificado na tabela do item 1.1 deste instrumento contratual.

9.2 – Os valores estabelecidos nesta cláusula incluem todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais previstos na legislação em vigor, incidentes direta ou indiretamente, bem como as despesas de quaisquer naturezas decorrentes da execução do contrato, sendo os valores fixos e irredutíveis.

9.3 – O CONTRATANTE poderá promover alterações contratuais, observadas as limitações constantes na Lei Federal nº 14.133/2021, arts. 125 e 126.

## **X – CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 A despesa decorrente desta licitação correrá à conta de recursos orçamentários da Câmara Municipal de Caçu, consignados em Órgão: Câmara Municipal de Caçu; Unidade: 1 – Legislativa; 31 – Ação Legislativa; 2.001 – Manutenção da Câmara Municipal; 4.4.90.52. – Equipamentos e Material Permanente; 3.3.90.30 – Material de Consumo.

## **XI – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

11.1 – O contrato poderá ser alterado, unilateralmente, pela Administração, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

11.2 – Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.



11.3 – A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

11.3.1 – O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107, da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.3.2 – A resposta para o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro será dada à CONTRATADA no prazo de 90 (noventa) dias corridos, contado da protocolização.

## **XII – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

12.1 – No caso de eventual atraso no pagamento e, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, poderá haver incidência de atualização monetária, sobre o valor devido, *pro rata temporis*, ocorrida entre a data limite estipulada para pagamento e a da efetiva realização.

12.1.1 – Para esse fim, será utilizada a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

12.2 – O mesmo critério de correção será adotado em relação à devolução dos valores recebidos indevidamente pela CONTRATADA.

## **XIII – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES**

13.1 – Em caso de descumprimento às regras deste contrato, e observado o regular processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei, poderão ser aplicadas à CONTRATADA as seguintes penalidades:

a) advertência, aplicada em caso de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) multa moratória, nos seguintes termos:

b.1) 0,5% (cinco décimos por cento), calculada sobre o valor total da contratação, por dia de atraso na entrega dos equipamentos, além do prazo máximo definido no **MÓDULO I, ANEXO II (CRONOGRAMA DE AQUISIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E PAGAMENTO DO FORNECEDOR)**, até o limite de 30 (trinta) dias corridos. Após este prazo será considerada a inexecução total do contrato.

c) multa compensatória, nos seguintes termos:

c.1) de 20% sobre o valor da contratação, nos casos de inexecução parcial;

c.2) de 30% sobre o valor da contratação, no caso de inexecução total.

d) impedimento de licitar e contratar com o Município de Caçu, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, aplicada em razão das seguintes ocorrências:

d.1) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado: Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Caçu pelo período de 04 (quatro) meses;

d.2) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:



**CÂMARA**  
**MUNICIPAL DE CAÇU**  
O Legislativo Mais Perto de Você

Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Caçu pelo período de 12 (doze) meses;

d.3) dar causa à inexecução total do contrato: Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Caçu pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, aplicada em razão das seguintes ocorrências:

e.1) apresentar declaração ou documentação falsa exigida durante a execução do contrato: Pena: declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

e.2) praticar ato fraudulento na execução do contrato: Pena: declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

e.3) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena: declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses;

e.4) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Pena: declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses.

13.2 – As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente a sanção de multa.

13.3 – A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

13.4 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

13.4.1 – O valor referente à multa poderá, antes dos procedimentos descritos no item acima, ser recolhido ao Tesouro da Câmara Municipal de Caçu através de procedimentos indicados pela tesouraria.

13.4.2 – O atraso no recolhimento de multas será corrigido monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

13.5 – É admitida a reabilitação CONTRATADA perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, observados os requisitos constantes no artigo 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, em especial:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos

13.6 – A sanção por prestar declaração falsa durante a execução do contrato e a sanção por praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de



2013, exigirá como condição de reabilitação da CONTRATADA, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.7 – As penalidades aplicadas serão cadastradas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da aplicação, na Transparência do CONTRATANTE e, a critério desta, em cadastros, dos diferentes entes federativos, cujo objetivo seja listar as empresas inidôneas, suspensas e punidas pela administração pública.

13.8 – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.8.1 – Os efeitos da desconsideração da personalidade jurídica alcançam não apenas os sócios de direito, mas também os sócios ocultos que exerçam de fato a gerência da pessoa jurídica" (TCU, Acórdão 229/2023 - Plenário).

13.9 – A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste contrato será realizada mediante instauração de procedimento administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, cujos prazos para realização dos atos serão os previstos nos arts. 157, 158 e 159 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.10 – Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para o CONTRATANTE, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.11 – A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

13.12 – A aplicação da multa não obsta a apuração e cobrança de eventuais perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

13.13 – As penalidades de multa moratória e multa compensatória não serão cumuladas.

13.14 – A não manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA ao longo da execução do contrato, poderá ensejar rescisão contratual unilateral pelo CONTRATANTE, após regular procedimento administrativo e garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, e ainda a aplicação de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**



14.1 – Este contrato poderá ser rescindido a juízo do CONTRATANTE, com base nos arts. 106, inciso III e 137 a 139, da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quando entender que a CONTRATADA não está cumprindo de forma satisfatória as avenças estabelecidas, independentemente da aplicação das penalidades estabelecidas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO**

15.1 – Em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, art. 94, o contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo 20 dias úteis, contados da sua assinatura.

15.2 – O contrato também será publicado, na íntegra, e respeitadas as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados, na Transparência Pública do CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

16.1 – Para dirimir quaisquer conflitos oriundos deste contrato, é competente o foro da Comarca da cidade de Caçu-GO, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, no que se refere a qualquer ação ou medida judicial originada ou referente ao instrumento contratual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

17.1 – As partes contratantes ficarão exoneradas do cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, quando ocorrerem motivos de força maior ou caso fortuito, assim definidos no parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

17.2 – Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como dos princípios de direito público.

17.3 – O CONTRATANTE não realizará operação de crédito garantida por cessão fiduciária dos direitos de créditos nem de outros tipos de cessão decorrentes deste contrato.

17.4 – A CONTRATADA assumirá, de forma exclusiva, todas as dívidas que venha a contrair com vistas ao cumprimento das obrigações oriundas deste contrato, ficando certo, desde já, que o CONTRATANTE não será responsável solidário.

17.5 – A documentação necessária para pagamento, pedido de prorrogação de prazo, recursos, defesa prévia e outros inerentes à contratação deverão ser encaminhados diretamente ao Gestor do Contrato pelo e-mail: [contabilidade@cacu.go.leg.br](mailto:contabilidade@cacu.go.leg.br).

17.5.1 – Alterações nos e-mails apresentados no item anterior, serão comunicadas, por escrito, pelo Gestor, não acarretando a necessidade de alteração contratual.

17.6 – Os dados pessoais tornados públicos por este contrato deverão ser resguardados pelas partes, observados os princípios de proteção de dados previstos no art. 6º da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) durante toda a execução contratual.

17.6.1 – O tratamento de dados pessoais deverá se limitar ao necessário para a realização de suas finalidades, sendo observados:

- a) a compatibilidade com a finalidade especificada;
- b) o interesse público;
- c) a regra de competência administrativa aplicável à situação concreta.

E por estarem assim de pleno acordo, assinam as partes este instrumento para todos os fins de direito.

Caçu/GO, xx de xxxx de 2024.

Ver. **ORLANDO OLIVEIRA SILVA**

Presidente da Câmara

Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXX

Contratada

Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_





**CÂMARA**  
**MUNICIPAL DE CAÇU**  
O Legislativo Mais Perto de Você

## **MÓDULO IV: MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**





## ANEXO ÚNICO DO MÓDULO IV

### MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) Nº **XX**/2024

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇU**, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público / órgão público, inscrita no CNPJ: 24.858.722/0001-40, com sede na Rua Tibúrcio Siqueira Gama, nº 55, Setor Morada dos Sonhos, Caçu/GO - CEP: 75813-000, neste ato representada por seu representante legal, o Presidente **ORLANDO OLIVEIRA SILVA**, brasileiro, casado, aposentado, portador da CI-RG nº [REDACTED], inscrito no CPF sob nº [REDACTED], residente e domiciliado na [REDACTED], doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 001/2024 e atendendo as condições previstas no Edital nº 001/2024, sujeitando-se as partes às normas da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 outubro de 1988, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Resolução nº 01, de 25 de fevereiro de 2022, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e, em conformidade com as informações constantes do Processo CENTI nº 10/2024 resolve registrar os preços dos materiais descritos no item 2.1 desta Ata com a **EMPRESA** (\_\_\_\_\_), inscrita no CNPJ/MF sob o nº (\_\_\_\_\_), com sede na Rua (\_\_\_\_\_), nº (\_\_\_\_), (cidade), Estado de (\_\_\_\_), (CEP), neste ato representado pelo proprietário, (\_\_\_\_), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da CI-RG nº (\_\_\_\_), inscrito no CPF sob nº (\_\_\_\_), residente e domiciliado na (\_\_\_\_), (cidade), Estado de (\_\_\_\_), (CEP) doravante denominada **DETENTORA**, mediante as disposições a seguir:.

#### I – DO OBJETO

1.1 – O objeto deste contrato consiste na futura e eventual aquisição de equipamentos de informática e eletrônicos para execução dos trabalhos administrativos e legislativos, e transmissão audiovisual das reuniões das Comissões no Anexo Vereador Gerônimo Nunes dos Santos, da Câmara Municipal de Caçu, conforme as especificações e os quantitativos constantes no **MÓDULO I (Termo de Referência) do Edital nº 001/2024**.

1.2 – As especificações constantes do Edital nº 001/2024 (Pregão Presencial nº 001/2024), do Termo de Referência (MÓDULO I) do referido Edital e da Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial nº 001/2024 fazem parte deste instrumento, independentemente de transcrição.

1.2.1 – No caso de conflito, prevalecem as disposições constantes desta ARP.

#### II – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 – Para o **ÓRGÃO GERENCIADOR**, os preços registrados, as especificações do objeto e as quantidades ofertadas na proposta são:



**CÂMARA**  
**MUNICIPAL DE CAÇU**  
O Legislativo Mais Perto de Você

ITEM	UNID.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	UNID	01	Computador desktop sem monitor, conforme especificações técnicas no Módulo I, Anexo I do Termo de Referência.		
02	UNID	09	Monitor 21.5" FullHD, ajuste de altura, rotação, inclinação, conexão HDMI e VGA.		
03	UNID	01	Monitor 26" IPS, Ultrawide, FullHD.		
04	UNID	01	Câmera filmadora Handycam 4K, conforme especificações técnicas no Módulo I, Anexo I do Termo de Referência.		
05	UNID	01	HDMI Wi-fi, 400FT HDMI SDI wireless transmissor		
06	UNID	01	Interface de áudio USB, conforme especificações técnicas no Módulo I, Anexo I do Termo de Referência.		
07	UNID	01	Placa de captura USB switcher HDMI para transmissão ao vivo, conforme especificações técnicas no Módulo I, Anexo I do Termo de Referência.		
08	UNID	10	Notebook, conforme especificações no Módulo I, Anexo I do Termo de Referência.		
09	UNID	03	HD 2TB externo.		
10	UNID	01	Impressora Multifuncional Laser, conforme especificações técnicas no Módulo I, Anexo I do Termo de Referência.		
11	UNID	01	Scanner de mesa duplex com alimentador automático.		
12	UNID	02	HUB USB 3.0 com 7 portas ou mais		
13	KIT	01	Extensor HDMI RJ45 TX e RX distância até 60m Cat6, com suporte resolução de vídeo até 1080p.		
14	KIT	03	Teclado e mouse sem fio, layout ABNT2, receptor sem fio único.		
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>R\$</b>	

### III – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 – A ARP terá validade até 31 de dezembro de 2024, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e poderá ser prorrogada, desde que comprovado que o preço é vantajoso, mediante pesquisa de preços, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.1.1 – Caso haja prorrogação, o prazo da ARP não poderá exceder dois (02) anos.

(64) 3656-1348 | (64) 3656-1442 | (64) 3656-1174 | Acesse: [cacu.go.leg.br](http://cacu.go.leg.br) - [sapl.cacu.go.leg.br](http://sapl.cacu.go.leg.br)

Edifício Vicente de Sousa Lima - Rua Tibúrcio Siqueira Gama, nº 55 - Setor Morada dos Sonhos - Caçu - Goiás - CEP: 75813-000

CNPJ: 24.858.722/0001-40



#### IV – DO VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 – O valor estimado para cobrir as despesas relativas a este instrumento é de R\$ **XX.XXX,XX (Preço por extenso)**, conforme discriminado na Cláusula II (Dos Preços, Especificações e Quantitativos) deste instrumento.

#### V – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 – As despesas com a execução desta ata, destinados ao ÓRGÃO GERENCIADOR, correrão à conta de recursos orçamentários do Legislativo Municipal de Caçu, consignados no Plano Orçamentário do ano de 2024: Órgão: Câmara Municipal de Caçu; Unidade: 1 – Legislativa; 31 – Ação Legislativa; 2.001 – Manutenção da Câmara Municipal; 4.4.90.52. – Equipamentos e Material Permanente; 3.3.90.30 – Material de Consumo.

#### VI – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 – Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá aplicar as penalidades descritas nesta ARP e no Termo de Referência, observado o regular processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme a seguir:

6.1.1 – penalidade de impedimento de licitar e contratar o Município de Caçu, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, em razão das seguintes ocorrências:

- a) ensejar o retardamento da execução da ARP ou da entrega do objeto sem motivo justificado: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União pelo período de 04 (quatro) meses;
- b) dar causa à inexecução parcial do pedido decorrente da ARP que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Caçu pelo período de 12 (doze) meses;
- c) dar causa à inexecução total do pedido decorrente da ARP: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Caçu pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

6.1.1.1 – A penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Caçu não poderá ser aplicada cumulativamente com a declaração de inidoneidade.

6.1.2 – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, aplicada em razão das seguintes ocorrências:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida durante a vigência da ata: Pena - declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 36 (trinta e seis) meses;
- b) praticar ato fraudulento durante a vigência da ata: Pena - declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 36 (trinta e seis) meses;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena - declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses;



d) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013: Pena - declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses.

6.1.2.1 – A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada pela autoridade máxima do ÓRGÃO GERENCIADOR.

6.2 – As demais sanções aplicáveis durante a execução desta ARP obedecerão ao disposto na Cláusula Décima Terceira (13ª) do instrumento contratual.

6.3 – As sanções descritas nesta cláusula se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

## **VII – DO CADASTRO RESERVA**

7.1 – A habilitação das licitantes que compuserem o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de convocação, nas condições estabelecidas no instrumento convocatório.

## **VIII – DO CONTROLE DE ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS**

8.1 – Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou por fato que eleve os custos dos bens registrados, nas seguintes situações:

- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ARP tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d”, do inciso II, do *caput*, do art. 124, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou,
- c) na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2 – Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará os fornecedores a negociarem a redução dos preços aos valores de mercado.

8.3 – Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

8.3.1 – Na hipótese do item 8.3, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

8.3.2 – Se não obtiver êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR procederá ao cancelamento da ARP, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

8.4 – Ainda na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao registrado e a DETENTORA ou as demais empresas participantes do cadastro de reserva não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ARP, será facultado ao fornecedor requerer ao ÓRGÃO GERENCIADOR a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.4.1 – Para fins do disposto no item 8.4, A DETENTORA encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.4.1.1 – Na hipótese de comprovação de fato superveniente, o ÓRGÃO GERENCIADOR atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado, por meio de pesquisa realizada com base no art. 23, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.4.1.2 – Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e a DETENTORA fica obrigada a cumprir as obrigações estabelecidas na ARP, sob pena de cancelamento do seu registro e não da ARP, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/.

8.4.1.3 – Na hipótese de cancelamento do registro da DETENTORA, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observadas as condições de habilitação.

## **IX – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA DETENTORA DA ATA**

9.1 – O registro da DETENTORA será cancelado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR quando o fornecedor:

- a) descumprir as condições da ARP sem motivo justificado;
- b) não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 8.4.1.2;
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III (impedimento de licitar e contratar) ou IV (declaração de idoneidade), do *caput*, do art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.1.1 – Na hipótese prevista na alínea “d”, do item 9.1 (declaração de idoneidade), caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ARP, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ARP enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.1.2 – O cancelamento do registro nas hipóteses previstas nesta cláusula será formalizado por despacho do ÓRGÃO GERENCIADOR, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.1.3 – Na hipótese de cancelamento do registro da DETENTORA, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá convocar as licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

## **X – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**



10.1 – O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, em determinada ARP, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto nos itens 8.3.2 e 8.4.1.2.

## **XI – DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1 – Em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, art. 174, o presente instrumento será publicado no PNCP e no sítio eletrônico do ÓRGÃO GERENCIADOR.

## **XII – DO FORO**

12.1 – Para dirimir quaisquer conflitos oriundos desta ata, é competente o foro da Comarca da cidade de Caçu/GO, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, no que se refere a qualquer ação ou medida judicial originada ou referente a este instrumento.

## **XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1 – A documentação necessária para pagamento, pedido de prorrogação de prazo, recursos, defesa prévia e outros inerentes à DETENTORA deverá ser encaminhada diretamente ao Gestor do Contrato pelo e-mail fornecido pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

13.2 – As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Instrumento Contratual.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam as partes este instrumento para todos os fins de direito.

Caçu/GO, xx de xxxx de 2024.



Ver. **ORLANDO OLIVEIRA SILVA**  
Presidente da Câmara  
Contratante





**CÂMARA**  
**MUNICIPAL DE CAÇU**  
O Legislativo Mais Perto de Você

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXX

Contratada

Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

